

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

VÂNIA LÚCIA DA SILVA

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
PRIMEIRA ESCOLA EM DUAS UNIDADES INFANTIS: LIMITES E
POSSIBILIDADES

JUIZ DE FORA

2014

VÂNIA LÚCIA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
PRIMEIRA ESCOLA EM DUAS UNIDADES INFANTIS: LIMITES E
POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior.

TERMO DE APROVAÇÃO

VÂNIA LÚCIA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA
ESCOLA EM DUAS ESCOLAS INFANTIS: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional Caed/Faced/UFJF, aprovada em __/__/__.

Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior
Membro da Banca - Orientador

Prof. Luiz Flávio Neubert
Membro da Banca Interna

Juliana Gervason Defillipo
Membro da Banca Externa

Juiz de Fora, 08 de maio de 2014.

A Deus, meu protetor de todas as horas.

Aos meus filhos, em especial Naíla, que mesmo com sua tenra idade, conseguiu superar minhas ausências e foi a minha inspiração nos momentos em que tive vontade de desistir.

À minha mãe, meu maior exemplo de superação e fortaleza. Onde você estiver, receba minha singela gratidão. Você sempre será os motivos pelos quais luto, para que meus sonhos se transformem em realidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que sempre trouxe o conforto necessário nas horas em que precisava.

Ao meu marido Hercules, companheiro, amigo de todos os momentos importantes de minha vida, e por acreditar nessa caminhada rumo ao Mestrado.

Aos meus filhos e netos, razão de minha vida, que compreenderam as minhas ausências nesses dois anos.

Aos meus irmãos, companheiros, especialmente ao Roberto, que tanto me auxiliou para que eu pudesse terminar o Ensino Médio.

Aos meus pais, Dora e Geraldo, que mesmo em outro plano espiritual continuam alimentando-nos com sopros de vida.

Aos meus sogros e cunhada, pelo cuidado que tiveram com Naíla durante a ausência de meu marido e o tempo em que fiquei em Juiz de Fora.

Às educadoras, educandos, gestores, auxiliares de secretaria e coordenação pedagógica das UMEIs, que se dispuseram a participar desta pesquisa, contribuindo com a disponibilidade de dados das escolas, respondendo aos questionários e às entrevistas. Sem essas contribuições, esta pesquisa não seria possível.

À Gerência da Regional Centro-Sul, pela minha acolhida e apoio à minha gestão na UMEI.

À SMED, pela oportunidade de realizar esse curso e pela disponibilidade dos dados necessários a este trabalho.

À Sheila Rigante e Wallace, assistentes de orientação, que sempre estiveram ao meu lado, compreenderam-me e sempre acreditaram na minha capacidade de enfrentar e concluir, com êxito, os desafios do Mestrado.

À amiga Nídia, pela oportunidade de conhecê-la. Durante esses anos, fortalecemos nossa amizade, compartilhamos angústias, alegrias, tristezas, decepções, entusiasmos e tantos outros sentimentos.

A todos os meus colegas de curso, obrigada pela convivência.

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina”.

PAULO FREIRE

RESUMO

Este trabalho analisa os critérios de distribuição de vagas da educação infantil, conforme determina o Programa Primeira Escola, e seus impactos na gestão das UMEIs, tendo como foco de estudo duas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte: a UMEI Delfim Moreira e a UMEI Timbiras. Para isso, a trajetória da educação pública municipal e a educação infantil em Belo Horizonte são descritas, apresentando os desafios e avanços no atendimento e a decisão política da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela criação do Programa Primeira Escola, para a ampliação de sua rede própria de UMEIs e os critérios da diretriz política na distribuição das vagas. O contexto da implementação do Programa Primeira Escola, o atendimento, os problemas vividos na gestão das UMEIs são apresentados e analisados nessa conjuntura. Em seguida, a pesquisa dialoga com o desenho e o ciclo dessa política, com os dados de evasão e frequência encontrados nas duas unidades, na intenção de apontar algumas sugestões para os gestores das duas escolas envolvidas neste estudo de caso; pode-se, assim, otimizar e minimizar os impactos na gestão dessas UMEIs. Entendendo que este estudo apontará para as duas escolas essas sugestões relacionadas à política de distribuição de vagas e que qualquer mudança precisará ser aprovada pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, a pesquisa será encaminhada para essa secretaria, servindo de projeto-piloto para a proposição de alteração da política de distribuição das vagas nessas duas escolas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Programa Primeira Escola; UMEI; Abandono Escolar.

ABSTRACT

This paper examines the vacancies distribution criteria of early childhood education, as determined by the First School Program, and their impact on management of UMEIs, focusing the study on two schools in the municipal education of Belo Horizonte: Delfim Moreira and Timbiras UMEIs. In order to do so, the path of municipal public education and early childhood education in Belo Horizonte are described, presenting challenges and advances in care and the political decision of the municipal government of Belo Horizonte in creating the First College Program to expand its own UMEIS network and the criteria of the policy guideline in the distribution of vacancies. The implementation context of the First School Program, the care, the problems experienced in the management of the UMEIs are presented and analyzed in this context. Following, the research gets in touch with the design and the cycle of such policy, as well as with the desertion and frequency data found in both units, intending to point out some suggestions for managers of the two schools involved in this study, thus being able to optimize and minimize the impact on management of these UMEIs. Understanding that this study points to the two schools suggestions related to the distribution of vacancies and that any change must to be approved by the Municipal Education Office of Belo Horizonte, this research will be forwarded to this office serving as a pilot project to propose changes in the vacancy distribution policy in both Schools.

Keywords: Early Childhood Education; First School Program; UMEI; School Desertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Avaliação do Programa Primeira Escola.....	50
Gráfico 2 - Ressalvas apresentadas na avaliação do Programa Primeira Escola.....	59
Figura 1 - Motivos da Evasão: 15 a 17 <i>versus</i> outras faixas etárias.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -Comparativo das características das duas escolas pesquisadas	34
Quadro 02 - Perfil dos entrevistados UMEIs Delfim Moreira e Timbiras	55
Quadro 03 - Critérios para distribuição de vagas nas UMEIs	62
Quadro 04 - Papel dos atores no Projeto Estratégico de implementação da política de distribuição de vagas nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras	75
Quadro 05 - Detalhamento do plano de ação - Projeto Estratégico	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1A - Atendimento educação infantil na rede pública municipal de Belo Horizonte...	26
Tabela 1B - Atendimento educação infantil na rede pública municipal de Belo Horizonte...	27
Tabela 2 - Atendimento nas UMEIs em Belo Horizonte	27
Tabela 3 - Atendimento educação infantil em Belo Horizonte na rede privada sem fins lucrativos	28
Tabela 4 - Atendimento das crianças de 3 a 5 anos, rede municipal de Belo Horizonte	30
Tabela 5 - Matrículas iniciais na UMEI Delfim Moreira, em janeiro de 2012.....	41
Tabela 6 - Matrículas canceladas na UMEI Delfim Moreira até setembro de 2012.....	42
Tabela 7 - Total de crianças remanejadas entre os turnos na UMEI Delfim Moreira.....	43
Tabela 8 - Total de crianças que permaneceram na UMEI Delfim Moreira até outubro de 2012	43
Tabela 9 - Resumo de matrícula por turma na UMEI Delfim Moreira para o censo de janeiro de 2013	44
Tabela 10 - Relatório estatístico do processo seletivo na UMEI Delfim Moreira em 2013	44
Tabela 11 - Resumo de matrícula por turma para o censo na UMEI Delfim Moreira.....	45
Tabela 12 - Matrículas nas turmas de 0 a 2 anos, horário integral na UMEI Timbiras	45
Tabela 13 - Matrículas nas turmas de 03 anos UMEI Timbiras.....	46
Tabela 14 - Matrículas nas turmas de 04 anos UMEI Timbiras.....	46
Tabela 15 - Matrículas nas turmas de 05 anos na UMEI Timbiras	47
Tabela 16 - Relatório estatístico do processo seletivo em 2012 da UMEI Timbiras	48
Tabela 17 - Total de vagas para 2013 a partir do número de crianças que permaneceram nas turmas UMEI Timbiras.....	48
Tabela 18 - Relatório do processo seletivo em 2012 na UMEI Delfim Moreira	49
Tabela 19 - Levantamento dos motivos de desistência das vagas pelas famílias na UMEI Timbiras em 2012.....	54
Tabela 20 - Levantamento dos motivos de desistência das vagas pelas famílias na UMEI Delfim Moreira em 2012	54
Tabela 21 - População residente total, homens, mulheres e faixa etária por Região Administrativa, Belo Horizonte, em 2010.....	63
Tabela 22 - Total de matrículas na educação infantil por nível e rede de ensino, Belo Horizonte, período 2000 a 2009	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAS	Associação Municipal de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GECEDI	Gerência de Coordenação da Educação Infantil
GERED/CS	Gerência Regional de Educação da Regional Centro-Sul
GGEI	Grupo Gerencial da Educação Infantil
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NIR	Núcleo Intersectorial Regional
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PNE	Plano Nacional de Educação
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPE	Programa Primeira Escola
PRODABEL	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A
RME/BH	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
SGE	Sistema de Gestão Escolar
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SUDECAP	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O PROGRAMA PRIMEIRA ESCOLA EM BELO HORIZONTE E OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS NAS UMEIS DELFIM MOREIRA E TIMBIRAS.....	19
1.1 A oferta da educação infantil no município antes do Programa Primeira Escola	20
1.2 A implementação do Programa Primeira Escola e os avanços no atendimento da educação infantil no município de Belo Horizonte.....	23
1.3 O Programa Primeira Escola e sua implementação nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras.....	29
1.3.1 A UMEI Delfim Moreira.....	30
1.3.2 A UMEI Timbiras	33
1.4 A que esta pesquisa pretende responder	35
2 OS DESAFIOS DOS GESTORES ESCOLARES NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS EM DUAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE.....	37
2.1 Análise da abordagem do ciclo de políticas do Programa Primeira Escola em Belo Horizonte e os desafios na implementação da política de distribuição de vagas nas unidades pesquisadas	37
2.1.1 Os contextos da prática e os efeitos da implantação da política de distribuição de vagas nas escolas analisadas	41
2.2 O caso observado no quadro de matrículas das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras: abandono ou evasão?	50
2.3 As justificativas de saída das crianças das duas escolas e o problema pedagógico causado - análise das entrevistas	53
3 PROJETO ESTRATÉGICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS DO PROGRAMA PRIMEIRA ESCOLA EM BELO HORIZONTE NAS UMEIS DELFIM MOREIRA E TIMBIRAS ..	71
3.1 Justificativa do projeto	72
3.2 Estrutura do projeto	74
3.2.1 O papel dos principais atores.....	74
3.3 Plano de ação: detalhamento e as condições do projeto de intervenção	76
3.3.1 As ações do projeto	77
3.3.2 O passo a passo das ações	78
3.3.2.1 Os primeiros passos.....	78
3.3.2.2 A responsabilização dos atores envolvidos - construindo e fortalecendo parcerias...	79
3.4 Monitoramento e avaliação	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82

REFERÊNCIAS	84
ANEXO A - Chamamento público educação infantil PBH/SMED n. 003/2011	89
ANEXO B - Texto produzido pela gerente de coordenação da educação infantil/SMED - PBH EM 21/12/2006 a pesquisadora Beatriz Graveli DE Sousa Barbosa em sua pesquisa de mestrado Cuidar e educar: avaliação do impacto de programa governamental sobre crianças e suas famílias	95
ANEXO C - Lei n. 8.679, de 11 de novembro de 2003.....	96
ANEXO D - Ofício SMED/EXTER/0747-2013	99
ANEXO E - Atribuições do coordenador pedagógico da UMEI.....	100
APÊNDICE A - Tabelas de apoio	101
APÊNDICE B - Questionário para professores.....	103
APÊNDICE C - Entrevista para secretaria e coordenação pedagógica.....	104

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) determina que os municípios sejam responsáveis pela educação infantil. Nesse sentido, a Prefeitura de Belo Horizonte tem desenvolvido algumas ações, como por exemplo, o Programa Primeira Escola, definição de critérios de acesso, calendário de inscrição e matrícula na educação infantil, ampliação de convênios com as creches comunitárias, filantrópicas e confessionais do município, adoção de estratégias e procedimentos para o atendimento à demanda e oferta de vagas nessa primeira etapa da educação (ANEXO A).

O desafio que se apresenta ao governo municipal de Belo Horizonte se torna ainda maior, à medida que a população exige o direito de acesso à educação infantil, conforme as metas previstas no Plano Nacional de Educação 2011-2020:

Meta 1 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

A educação infantil é reconhecida na legislação educacional brasileira como um direito da criança de zero a seis anos de idade e como parte integrante do sistema educacional, sendo a primeira etapa da Educação Básica. Apesar de a legislação apontar para o direito da criança pequena à educação, o que se vê ainda é apenas o início do pagamento dessa dívida à sociedade, ou seja, são necessários investimentos significativos para o cumprimento dessa obrigação constitucional, principalmente para a faixa etária de 0 a 3 anos, como pode ser observado nos dados apresentados posteriormente sobre o atendimento público municipal em Belo Horizonte.

Para atender às demandas da sociedade e garantir aos estudantes o acesso à educação de qualidade, criou-se, por meio da Lei Municipal n. 8.679/2003 (ANEXO C), o Programa Primeira Escola. Esse programa tem o objetivo de ampliar o número de vagas para o atendimento a crianças de 0 a 5 anos e seis meses na rede municipal de educação de Belo Horizonte. Suas ações são desenvolvidas considerando-se os seguintes eixos: expansão da educação infantil, expansão da escola integrada e melhoria da qualidade da educação municipal.

As estratégias estabelecidas pelo Programa Primeira Escola, relativas ao eixo expansão da educação infantil, foram implantação, reforma e ampliação de Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), além da garantia da infraestrutura material necessária para o atendimento educacional. Em 2011, foram construídas ou ampliadas sete unidades, possibilitando a oferta de, aproximadamente, mais 2.300 vagas. Belo Horizonte passou a contar com 61 UMEIs. A educação infantil é disponibilizada também em mais 13 escolas infantis e o atendimento, nas UMEIs e nas escolas, é de mais de 23.000 crianças.

Ora, se, por um lado, a Prefeitura tem conseguido efetivamente ampliar as vagas de educação infantil na cidade, por outro, percebe-se que, em algumas unidades educacionais, existem problemas na gestão dos impactos da alta taxa de abandono das crianças nas escolas municipais de educação infantil.

Após dois anos como vice-diretora da UMEI Delfim Moreira, percebi alguns desafios na gestão escolar que se relacionam com os critérios da política de distribuição de vagas da educação infantil: a escola inicia o ano letivo com todas as vagas preenchidas e sua enturmação definida.

Ao longo de quase todo o ano letivo, os gestores convivem com a situação de cancelamento de matrículas, abandonos devidos a desistências pelos pais, realização de novas matrículas até metade do segundo semestre, conforme o calendário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação – SMED. Esses fatores acarretam dificuldade no trabalho pedagógico e administrativo da escola que, conseqüentemente, apresenta a descontinuidade do trabalho pedagógico iniciado pelas educadoras.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar os critérios de distribuição de vagas da educação infantil, conforme determina o Programa Primeira Escola, e seus impactos na gestão das UMEIs, tendo como foco de estudo duas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte: a UMEI Delfim Moreira e a UMEI Timbiras. Ao escolher essas escolas de educação infantil, considerei a proximidade espacial entre elas e o atendimento do mesmo público, crianças de 3 a 5 anos.

Na perspectiva de buscar compreender as limitações e os impactos desses critérios na realidade dessas escolas, a temática abordada se refere, também, à política que atinge a rede municipal de ensino de Belo Horizonte, o que amplia, ainda mais, a relevância deste estudo de caso. Os sujeitos principais são os gestores e a maneira com que eles lidam com a política de distribuição de vagas nas escolas, além dos professores, coordenadoras pedagógicas e auxiliares de secretária da escola.

A principal motivação refere-se à contribuição para as escolas e a Secretaria Municipal

de Educação - SMED e, principalmente, para os gestores dessas escolas, para que possam lidar, da melhor forma possível, com os desafios vividos diante da constante reorganização escolar e a perspectiva de apontar alternativas.

Durante esses dois anos na gestão da UMEI Delfim Moreira, surgiram vários questionamentos que foram mobilizadores para esta pesquisa: é necessário que todas as UMEIs atendam às mesmas faixas etárias, abram inscrições para todas elas e cumpram o mesmo cronograma? Por que as UMEIs Delfim Moreira e Timbiras vivem o problema da disponibilidade de vagas para as faixas etárias de 3 a 5 anos, principalmente no turno vespertino, cancelamentos frequentes de matrículas e problemas de enturmação? Esse fenômeno é generalizado na educação infantil? A resposta a esse último questionamento necessitaria de uma nova pesquisa, portanto, não foi objeto de estudo deste trabalho.

Realizei a pesquisa por meio da utilização de instrumentos qualitativos, envolvendo levantamento bibliográfico, pesquisa em documentos oficiais da Prefeitura e da Câmara Municipal de Belo Horizonte, coleta e análise de dados estatísticos de inscrição e cancelamento de matrículas nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, justificativas das famílias relativas à desistência da vaga, aplicação de entrevistas semiestruturadas aos professores, coordenadores pedagógicos e auxiliares de secretaria dessas escolas, além da análise da diretriz da política de acesso às vagas do Programa Primeira Escola.

No primeiro capítulo, descrevo a trajetória da educação infantil, seus avanços e desafios, assim como a análise do contexto dessa política no município, a criação do Programa Primeira Escola e as UMEIs Delfim Moreira e Timbiras.

Nas últimas décadas, em Belo Horizonte e em outras regiões do país, é possível afirmar que houve avanço significativo desse atendimento, mas ainda permanece lacuna no atendimento da educação às crianças de 0 a 3 anos e às de 3 a 5 anos, conforme apresentado adiante, nos dados disponibilizados pelo Censo Escolar da educação básica de 2012.

Destaco três fatores que contribuíram para as discussões em torno da educação infantil: a mobilização dos movimentos sociais e os novos ordenamentos jurídicos; a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. A contribuição tanto dos movimentos sociais quanto desses ordenamentos jurídicos foi importante para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, que merece cuidados e atenção específicos, e colocou a educação infantil na agenda política dos entes federativos.

No segundo capítulo, abordo, em sua primeira seção, a discussão teórica referente ao ciclo de políticas nos contextos de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados

ou efeitos e da estratégia política. Utilizo Mainardes (2006) como suporte teórico para essa discussão.

Na segunda seção, discuto os conceitos de evasão e abandono, para caracterizar o problema vivenciado pelas duas escolas pesquisadas. Utilizei alguns autores, como Neri (2009), pois existem poucos estudos sobre essa questão, no que se refere à educação infantil. Na próxima seção, analiso as entrevistas, os questionários aplicados e as justificativas dadas pelas famílias para a retirada das crianças das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, com o intuito de verificar como o problema do abandono escolar interfere na prática pedagógica, em sala de aula e na rotina das escolas.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresento proposta de projeto de intervenção que tem como foco a implementação da política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola em Belo Horizonte, nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras. Detalham-se as ações do projeto, bem como a atuação dos principais atores para que sua execução seja exitosa. Um dos seus principais objetivos é o de contribuir para a diminuição do impacto relativo à taxa de abandono das crianças nessas escolas que enfrentam esses mesmos problemas.

O projeto pretende, ainda, fortalecer a parceria entre os gestores escolares e a Secretaria Municipal de Educação (SMED), principalmente os da Gerência Regional de Educação da Regional Centro-Sul (Gered/CS), por considerar que todos trabalham para a garantia da qualidade da educação infantil do município de Belo Horizonte.

1 O PROGRAMA PRIMEIRA ESCOLA EM BELO HORIZONTE E OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS NAS UMEIS DELFIM MOREIRA E TIMBIRAS

Neste capítulo, apresento a trajetória da educação infantil, seus avanços e desafios, e o contexto da política de educação infantil no município. É exposta a criação do Programa Primeira Escola e as UMEIs Delfim Moreira e Timbiras são caracterizadas.

A principal referência utilizada para a descrição do caso foi o documento apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte, em que aparecem, detalhadamente, as ações do programa e seus resultados.

Faço uma exposição da educação infantil como parte da Educação Básica, conforme prevê a legislação educacional, o que representou para o município um novo processo de atendimento às crianças, norteando o início da construção do programa em Belo Horizonte. Complementando, apresento a atuação do governo municipal, em que se inserem as escolas infantis, dentre elas, as UMEIs, foco deste estudo de caso.

Esta pesquisa analisa as estratégias de implementação desse programa, no que se refere às ações e procedimentos da política de distribuição de vagas e verifica em que medida os critérios de acesso à educação infantil interferem na gestão cotidiana das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, observando a alta taxa de abandono das crianças nas turmas da escola, derivada do procedimento de inscrição para o pleito de garantia de vagas pelas famílias.

Na seção seguinte, inicio a descrição, apresentando os antecedentes do Programa Primeira Escola no município de Belo Horizonte e o processo de transformação da oferta de vagas para as crianças de zero a seis anos.

O programa surgiu após a constituição de um grupo de trabalho, em 2002, instituído pela Portaria n. 56/2002, que realizou estudo técnico da ampliação da educação infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH), subsidiando as definições do governo. O grupo era composto por técnicos da SMED e da Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) e teve a colaboração de representantes da Secretaria Municipal de Abastecimento, das escolas municipais de educação infantil e da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap). A Sudecap era a responsável pela elaboração dos projetos de construção e reforma das escolas. Esse grupo produziu um documento intitulado “Estudo técnico para ampliação do atendimento da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte” (2002). Um dos principais desafios apresentados referia-se à necessidade de equacionar o custo da educação infantil, assegurando as condições adequadas

ao atendimento das crianças.

Vários debates no âmbito do governo sobre a ampliação da educação infantil culminaram na criação de uma nova carreira e o governo municipal promulgou a Lei n. 8.679/2003, implantando o Programa Primeira Escola. Essa lei possibilitou mudanças importantes como, por exemplo, maior participação do poder público municipal na gestão das políticas de educação infantil.

1.1 A oferta da educação infantil no município antes do Programa Primeira Escola

Marco histórico da educação infantil brasileira é o seu reconhecimento como a 1ª etapa da Educação Básica, como preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esse reconhecimento foi resultado da mobilização da sociedade e de várias organizações que têm como propósito defender a criança como sujeito de direitos sociais. Um desses direitos é o de acesso à educação.

A LDBEN prevê que os municípios sejam responsáveis pela educação infantil. Como meio de viabilizar a expansão do atendimento público, principalmente para a faixa etária de 0 a 3 anos, que era ofertado somente pelas instituições privadas em Belo Horizonte, a PBH criou, em 2003, o Programa Primeira Escola (ANEXO B). Previa-se a ampliação do atendimento público da educação infantil na cidade para as faixas etárias de 0 a 5 anos, no enfrentamento, pelo município, da oferta de vagas públicas e atendimento da demanda apresentada.

O processo de descentralização e municipalização das políticas públicas no Brasil está ancorado em várias bases legais brasileiras. Segundo Arretche (2002, p. 27): “estados federativos são uma forma particular de governo dividido verticalmente, de tal modo que diferentes níveis de governo têm autoridade sobre a mesma população e território”. A autora profere que a descentralização das políticas sociais precisou - e ainda precisa - vir do governo federal, e não como fruto de demandas de entes federativos. A municipalização do Ensino Fundamental e da educação infantil é um exemplo de descentralização na área educacional, assim como as competências previstas na Constituição de cada ente federativo (ARRETICHE, 2002).

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, a efetivação do que prescreve o art. 6º é responsabilidade de todos: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A educação é um

direito de todos e configura-se como dever do Estado e da família, conforme o art. 205 da referida Constituição. Assim, também cabe à sociedade colaborar, promover e incentivar o direito à educação, na perspectiva do desenvolvimento integral do sujeito, direito fundamental para que exerça sua cidadania e tenha qualificação para o trabalho. Para tal, é necessário que ele tenha acesso da educação infantil ao ensino superior, sendo uma responsabilidade compartilhada entre poder público e sociedade.

Finalmente, o gestor da educação pública tem responsabilidade especial, mediante todos os desafios educacionais apresentados. A necessidade de se ter um conhecimento sobre todo esse processo orçamentário, o exercício de sua liderança, a sua capacidade de saber delegar funções e sua gestão pautada na participação e corresponsabilização são alguns dos aspectos importantes que nos apresenta Oliveira (2011):

Os diretores escolares precisam ser empreendedores, ou seja, pensar no coletivo, promovendo o bem-estar da coletividade, sendo capazes de manter um diálogo com a comunidade, gerando capital social que é um insumo básico do desenvolvimento. Para finalizar é importante ressaltar que os diretores sendo empreendedores vão consequentemente adotar uma administração escolar empreendedora, criando condições para que sua comunidade escolar se desenvolva (OLIVEIRA, 2011, p. 14).

Na perspectiva apresentada, o gestor público precisa, dinamicamente, atuar para que sua gestão seja descentralizada, autônoma, democrática e transparente. Para isso, um dos desafios é o gestor conseguir trabalhar com a própria burocracia administrativa. É importante que o gestor público entenda que, conforme determina o artigo 212 da CF/88, cabe à União o percentual de 18% para a educação, e aos estados e municípios, 25%, e que o processo de recebimento, planejamento, aplicação, prestação de contas e transparência na gestão dos recursos financeiros não deve ser relacionado e entendido como uma burocracia do sistema educacional. Há programas a que são destinados esses recursos, como, por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola, criado no ano de 1995 e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e o Programa Primeira Escola, da Prefeitura de Belo Horizonte.

O Plano Nacional de Educação (PNE) dispõe, em sua primeira meta, a universalização, até 2016, do atendimento às crianças de 3 a 5 anos e o atendimento de 50% da demanda por creche para a faixa etária de 0 a 3 anos. Os dados, disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), do Censo Escolar da Educação Básica nos mostram que, em 2012, foram matriculadas 5.898 crianças de 0 a 3 anos e 43.502,

de 3 a 5 anos.

O Sistema Municipal de Ensino em Belo Horizonte foi instituído em 1998 e os membros do Conselho Municipal de Educação tiveram a tarefa de elaborar, em consonância com as orientações de universalização da educação infantil, a resolução que orientou o processo de autorização e funcionamento das instituições de educação infantil em Belo Horizonte - Resolução n. 001/2000, que entrou em vigor em 7 de novembro de 2000. Essa resolução sofreu alterações relativas à adequação dos espaços, das instalações e dos equipamentos, definiu o processo de autorização de funcionamento, credenciamento, supervisão e responsabilidades das instituições de ensino e, principalmente, o direito à educação e o dever de educar, conforme o disposto em seu artigo primeiro:

Art. 1º - A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui direito da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos ao cuidado/educação a que o Estado tem o dever de atender, complementando a ação da família e da comunidade (BELO HORIZONTE, Resolução 001/2000).

A educação infantil em Belo Horizonte, até o ano de 2003, atendia, em jornada parcial, crianças de quatro até seis anos. Ocorria em treze escolas municipais de educação infantil, chamadas escolas-polo, e em algumas escolas municipais de Ensino Fundamental, que ofertavam, também, turmas de educação infantil. A partir de 2003, as escolas-polo denominaram-se Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's). Essas instituições atendiam crianças de três até cinco anos e seis meses de idade, em jornada parcial: turnos manhã ou tarde. O atendimento das crianças de zero até três anos era realizado apenas nas creches conveniadas¹ à Prefeitura Municipal.

Como forma de diminuir o problema da oferta de vagas para a educação infantil em Belo Horizonte, foi criado, no ano de 2003, o Programa Primeira Escola. Além da questão de uma crescente demanda por vagas, outro motivo para sua criação foi o novo ordenamento constitucional e legal brasileiro, que determinava ser de responsabilidade da escola e do poder público o atendimento a tal demanda.

Esses fatores impulsionaram o governo a decidir pela construção do Programa Primeira Escola e pela ampliação da rede municipal de escolas de educação infantil, para o atendimento a crianças de zero a cinco anos e oito meses².

¹ Creches conveniadas são instituições privadas do Sistema Municipal de Ensino, de caráter comunitário, filantrópico ou confessional, que recebem subvenção pública por meio de celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

² Terra (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada "A implementação do atendimento público de educação

1.2 A implementação do Programa Primeira Escola e os avanços no atendimento da educação infantil no município de Belo Horizonte

A construção do Programa Primeira Escola iniciou-se diante da necessidade de o governo apresentar uma proposta exequível de ampliação de vagas para a educação infantil, para corrigir uma dívida histórica com a cidade. No que diz respeito ao atendimento do direito à educação para esse segmento social, o governo municipal deu início a um conjunto de ações. Em 2002, estabeleceu um plano conjunto entre a Secretaria de Educação e a Secretaria da Coordenação de Política Urbana e Ambiental, que culminou com a criação do grupo técnico chamado Grupo Gerencial da Educação Infantil (GGEI). Esse grupo, que funcionava dentro dessa segunda secretaria, tinha como tarefa o planejamento da expansão da rede física de educação infantil na rede pública municipal de educação.

Coube à Secretaria de Educação pensar a criação das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), desenvolver o modelo pedagógico e planejar o funcionamento das unidades, além de propor a criação do cargo de educador infantil³. O Programa contempla três eixos: expansão do Ensino Infantil, expansão da Escola Integrada e melhoria da Qualidade da Educação⁴.

Com relação ao eixo de expansão da Escola Integrada, a intenção é oferecer a ampliação da jornada escolar para nove horas diárias às crianças de 6 a 14 anos de idade e favorecê-las em seus processos de ensino-aprendizagem. No tocante ao eixo de melhoria na Qualidade da Educação, a Prefeitura procura implantar vários projetos voltados para a intervenção na área da Língua Portuguesa, por meio do reforço escolar, para a frequência dos alunos, a mobilização social das famílias, a inclusão das pessoas com deficiência, além dos investimentos na formação do docente, reforma e ampliação das escolas municipais.

O eixo sustentador relativo à expansão do Ensino Infantil destina-se às crianças de 0 a 5 anos e 6 meses, que se encontram, prioritariamente, em áreas com alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), nas regiões de Belo Horizonte. O objetivo geral é ampliar o número de vagas para o atendimento a crianças de 0 a 5 anos e 6 meses na Rede Municipal de Educação, através da construção de UMEIs na cidade de Belo Horizonte; oferecer 44 mil novas vagas para a educação infantil, ampliando o atendimento atual de 15.192 para 59.192

infantil em Belo Horizonte: processo e perspectivas”, apresenta uma análise sobre os estudos de ampliação do atendimento da educação infantil pública em Belo Horizonte.

³ Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEducao.do?method=DetalheArtigo&pk=1072468>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

⁴ Disponível em: <https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/sites/all/themes/metas/pdf/planejamento_2030.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

crianças dessa faixa etária, em rede própria, até 2012; a construção de 100 UMEIs, novas ou ampliadas, em funcionamento até 2012, incluindo os empreendimentos aprovados nos Orçamentos Participativos OP 07/08, OP 09/10, compreendendo 10 UMEIs. A principal executora desse programa sustentador é a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Paradoxalmente, o que se observa é que, enquanto o governo se esforça para a ampliação de vagas na educação infantil, por meio do Programa Primeira Escola, esse mesmo programa deixa lacunas em relação ao problema de abandono escolar, que será detalhado nesta pesquisa.

Com a promulgação da Lei Municipal n. 8.679/2003, de 11 de novembro de 2003, foi possível a implantação de um novo modelo de atendimento à educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH).

Por meio dessa lei, foram criadas as UMEIs e o cargo de educador infantil. Tal cargo integra o quadro especial da Secretaria de Educação, como classe de provimento efetivo do Plano de Carreira dos Servidores da Educação. Para incorporar a nova carreira, foram feitas alterações na carreira do professor municipal: para seu ingresso, é exigida a formação em nível superior, com habilitação em Magistério, e sua área de atuação são as escolas e serviços pedagógicos públicos municipais de Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Educação.

A carreira de educador infantil possui 15 níveis, sendo a habilitação mínima exigida o curso de nível médio na modalidade Normal; a progressão ocorre de dois níveis por formação em curso superior. As áreas de atuação do educador infantil são as Unidades Municipais de Educação Infantil e o serviço público municipal de educação infantil da Rede Municipal de Educação. Atualmente, em Belo Horizonte, há 66 escolas em funcionamento e mais de 21 mil alunos matriculados.

Desde 2009, mais de 25 UMEI's foram construídas e outras 20 estão com as obras em andamento. Mas existem as escolas que o município assumiu e que possuem uma estrutura física bastante diferenciada, nas quais são feitas adaptações e revitalização do espaço físico, na tentativa de adequação dos espaços, como é o caso das escolas das quais tratamos nesta pesquisa.

A UMEI, criada com o objetivo de garantir o pleno atendimento educacional às crianças de até 5 anos e seis meses, conta com uma vice-direção, subordinada a uma escola municipal, e com apenas um auxiliar de secretaria, independentemente do número de alunos atendidos, ao passo que as Escolas de Educação Infantil contam com a mesma organização das demais escolas da Rede, ou seja, são autônomas, com direção e vice-direção próprias,

além de contarem com quantitativos de secretária, auxiliar de secretaria, professores e auxiliares de serviços, calculados a partir do número de alunos atendidos. Em 12 de janeiro de 2006, através da Lei n. 9.154, foi criado o cargo de vice-diretor da UMEI, com a função de gerenciar e administrar a escola:

§ 1º - Ficam criadas 100 (cem) funções públicas de Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino, além das funções públicas já existentes até a data de publicação desta Lei, para as escolas municipais às quais se vinculam uma UMEI, destinadas ao gerenciamento e à administração da UMEI, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º - As funções públicas criadas no parágrafo anterior poderão ser exercidas por servidores titulares dos cargos efetivos de Professor Municipal, Pedagogo e Educador Infantil. (NR).

A Secretaria Municipal de Educação em Belo Horizonte, considerando a importância da educação infantil, desenvolve ações no sentido de universalizar o atendimento às crianças nessa etapa de escolarização (ANEXO D). Segundo a Gerência de Planejamento e Informação da Secretaria, atualmente, o município atende 44.852 crianças de zero a cinco anos, em 106 escolas da rede, ou seja, EMEIs, UMEIs, escolas de Ensino Fundamental com turmas e 191 creches conveniadas.

As Tabelas 1A e 1B apresentam o atendimento da educação infantil na rede pública municipal de Belo Horizonte, trazendo o atendimento por faixa etária e o número de instituições que atendem à educação infantil nessa rede. Como pode ser verificado na Tabela 1A, em Belo Horizonte, o atendimento às crianças na educação infantil é de 23.398 alunos, sendo as UMEIs as instituições responsáveis por 72% desse atendimento.

Tabela 1A - Atendimento da educação infantil na rede pública municipal de Belo Horizonte

Faixa etária	Quantidade	% de atendimento
Crianças de 0 a 2/3 anos- atendimento integral	2.956	12,63%
Crianças de 3 a 5 anos – atendimento parcial	20.442	87,37%
Matrícula nas UMEIs	16.844	72%
Matrícula nas outras instituições	6.554	28%
Total de alunos matriculados em educação infantil	23.398	

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

O número de Unidades Municipais de Educação Infantil em Belo Horizonte é expressivo. Na Tabela 1B, percebe-se que, das 106 instituições que atendem à educação infantil na rede municipal, 68 são UMEIs.

Tabela 1B - Atendimento da educação infantil na rede pública municipal de Belo Horizonte

Instituições com atendimento à Educação Infantil	Quantidade
UMEIs	68
EMEIs	13
Escolas de EF com turmas de EI	25
Total de Instituições	106

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A Tabela 2 apresenta o número de crianças atendidas nas UMEIs, por faixa etária, totalizando 16.844 atendimentos. Podemos observar que o percentual de crianças de 0 a 1 ano atendidas nas UMEIs não ultrapassa 3,3%.

Tabela 2 - Atendimento nas UMEIs em Belo Horizonte

Faixa etária	Crianças atendidas	% de atendimento
0 a 1	559	3,32%
1 a 2	790	4,69%
2 a 3	1.509	8,96%
3 a 4	3.235	19,20%
4 a 5	5.336	31,68%
5 a 6	5.415	32,15%
Total	16.844	100%

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Como se verifica na Tabela 3, atualmente, a PBH tem convênio com 191 creches da rede privada, sem fins lucrativos, segundo a SMED. Dessas, a imensa maioria (173) possui atendimento integral exclusivo. Das restantes, 10 possuem atendimento parcial exclusivo e 07 possuem atendimento misto, com turmas parciais e integrais, de acordo com as informações encaminhadas pela SMED.

As creches conveniadas atendem, segundo os dados de 2013, disponibilizados pelo

Núcleo de Convênios da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, um total de 22.935 crianças, sendo 2.766 (12,06%) em horário parcial e 20.169 (87,94%) em horário integral, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Atendimento educação infantil em Belo Horizonte na rede privada sem fins lucrativos

Alunos/Instituições	Quantidade	%
Alunos matriculados em educação infantil	22.935	100%
Alunos em apenas um turno (parcial)	2.766	12,06%
Alunos em dois turnos (integral)	20.169	87,94%
Total de instituições com atendimento	191	-

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Para a faixa etária de 4 a 5 anos, a PBH trabalha com um projeto de expansão da rede, com o objetivo de integralizar o atendimento à pré-escola até o ano de 2016, conforme determinado pela legislação.

As metas da PBH são aquelas previstas no Plano Nacional de Educação, atualmente em tramitação no Congresso Nacional: atender à demanda de 4 e 5 anos até 2016 e atender a 50% da demanda de 0 a 3 anos até 2020.

O preenchimento das vagas na rede pública, conforme determina a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, um dos responsáveis pela implantação do Programa Primeira Escola, é compulsório para crianças com deficiência e sob medidas de proteção. São destinadas 70% das vagas para famílias em situação de vulnerabilidade social, 10% para moradores do entorno da escola e outros 20% ao público em geral. Praticamente em todas as UMEIs, o horário integral é ofertado para as crianças de 0 a 2 anos, enquanto o horário parcial, para as de 3 a 5 anos de idade. Isso porque, em algumas delas, a PBH oferta atendimento integral para todas as idades, sendo parte de um projeto-piloto.

Em cada administração regional, existe o Núcleo Intersetorial Regional (NIR). Esse núcleo analisa as informações declaradas, relacionando-as com os dados disponíveis nas áreas de Saúde e Assistência Social. Depois disso, as famílias são categorizadas pela sua situação de vulnerabilidade ou não. A gestão da escola participa desse processo, através de encontros sistemáticos agendados. Atualmente, existe o Sistema de Gestão Escolar (SGE), que contém o

cadastro da educação infantil, cujas inscrições são feitas, em sua maioria, através de formulário próprio e, posteriormente, inseridas nesse sistema.

Após a conclusão desse processo, a escola recebe as informações daquelas famílias que conseguiram a vaga compulsoriamente e organiza o sorteio das demais vagas, de acordo com os critérios já apresentados. Ainda sobre a política de distribuição das vagas determinada pela SMED, é importante ressaltar que, respeitado o fluxo de alunos de cada unidade, a orientação é a de garantir que as crianças de 5 anos tenham prioridade em relação às de 4 anos e essas, por sua vez, tenham prioridade em relação às de 3 anos.

Para melhor compreensão dos efeitos do Programa Primeira Escola na rede educacional de Belo Horizonte, optei por analisar sua implementação em duas Unidades Municipais de Educação Infantil, como forma de delimitar o caso estudado.

1.3 O Programa Primeira Escola e sua implementação nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras

As UMEIs escolhidas para tal análise foram a Delfim Moreira, na qual exerço a função de vice-diretora, e a Timbiras. Realizar a pesquisa no local em que trabalho representa um privilégio e um desafio, já que, ao mesmo tempo em que me permite focar na realidade vivida cotidianamente para melhor compreendê-la, exige um distanciamento, enquanto pesquisadora, de minha função e instituição. Além disso, permite ultrapassar a visão naturalizante do cotidiano e das práticas rotineiras. A escolha da UMEI Timbiras se justifica pela proximidade física entre as duas escolas, pela concorrência de atendimento existente entre elas e pelo fato de ambas, apesar da vigência do Programa Primeira Escola, vivenciarem o problema do abandono.

É importante destacar que 2012 foi o ano de referência para a análise dos dados dessas escolas, pela disponibilidade de acesso aos dados de matrícula já fechados, não sofrendo, portanto, alterações, no percurso de construção deste estudo de caso.

As UMEIs Delfim Moreira e Timbiras situam-se em uma das 09 administrações regionais de Belo Horizonte: Centro-Sul. Constata-se, no mapa de serviços do *site* da PBH, que essa regional possui 49 bairros e oferece à população 24 serviços públicos, existindo dois polos diferenciados: a zona sul, consagrada como região nobre, e os grandes aglomerados, que incorporam vilas e favelas. Conforme os dados disponibilizados pela PBH, essa regional tornou-se, devido a sua história, a referência comercial, financeira e política de Belo Horizonte.

Nessa regional, há concentração de atividades econômicas e a mesma possui um alto padrão de ocupação comercial e cultural. Conforme a informação disponibilizada no *site* da PBH:

Existem prédios e construções de diferentes estilos arquitetônicos, a região Centro-Sul reúne e concilia uma série de funções políticas, administrativas, sociais, culturais e econômicas. Além do centro tradicional, abriga também bairros residenciais e a Savassi, que se constituiu como um espaço alternativo consolidado, ocupado por variados pontos comerciais e culturais, com muitas lojas, bares, boates e restaurantes.

O número de crianças de 3 a 5 anos atendidas na regional Centro-Sul atinge o percentual de 8,5% do total da rede pública de Belo Horizonte, e 9,2% da rede de creches conveniadas, segundo os dados disponibilizados pela SMED, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Atendimento das crianças de 3 a 5 anos, rede municipal de Belo Horizonte

Idade	REDE MUNICIPAL									Total atendimento por idade
	Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova	
3 anos	436	468	401	657	476	435	444	526	365	4.208
4 anos	885	626	604	1239	798	762	694	855	1204	7.667
5 anos	985	641	630	1506	972	1042	763	740	1289	8.568
% por Região	11,28%	8,49%	8%	16,64%	10,99%	10,95%	9,3%	10,37%	13,98%	TOTAL 20.443
REDE DE CRECHES CONVENIADAS										
3 anos	834	695	824	511	536	509	766	431	189	5.295
4 anos	838	704	911	625	624	563	810	408	219	5.702
5 anos	779	700	873	531	548	501	832	428	179	5.371
% por Região	14,97%	12,82%	15,93%	10,19%	10,44%	9,61%	14,71%	7,74%	3,59%	TOTAL 16.368

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Veremos, a seguir, as características das duas escolas municipais de educação infantil dessa regional que foram pesquisadas.

1.3.1 A UMEI Delfim Moreira

A UMEI Delfim Moreira, até 2010, fazia parte da rede estadual de educação e foi a última unidade de educação infantil a ser municipalizada. Esse processo se concretizou muito

em função da política geral de municipalização da educação infantil, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), obrigando os municípios a se responsabilizarem por esse ensino. Está localizada no centro da cidade e é vinculada à Escola Municipal Imaco, conforme decreto de criação das UMEIs.

Seu espaço físico está sendo adequado, de acordo com os parâmetros do setor de rede física da SMED. A primeira intervenção física realizada na escola por minha gestão, iniciada em 2011, foi a construção da cantina e refeitório, pois as crianças se alimentavam nas salas de aula. A escola possui 10 salas de aula, que são abertas, sem portas e janelas. Essas salas foram construídas em dois blocos, com cinco em cada um deles, localizados na parte de trás da escola. Entre as salas, há uma quadra aberta. No 1º pavimento, ficam as salas da coordenação, da direção, dos professores, a recepção e a secretaria da escola. No 2º, há um auditório, cujo espaço é grande, uma sala multiuso, com espaço adequado para ser transformado em biblioteca, e uma sala multiuso para laboratório de Ciências, de outras tecnologias, conforme proposta da UMEI.

A escola recebe crianças advindas de todas as regiões administrativas de Belo Horizonte. Em 2012, a instituição iniciou o ano letivo com 461 crianças de 3 a 5 anos matriculadas em horário parcial, totalizando 20 turmas. Diferentemente do ano anterior, nesse ano, a escola recebeu crianças de outras nacionalidades, outras atendidas pelo Programa da Assistência Social de Serviços de Apoio à Reintegração Familiar, além de crianças com deficiência. Para o atendimento às crianças com deficiência, a escola contou com apoio da equipe de inclusão, organizada por regional, na orientação às professoras para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, conjuntamente com a coordenação da escola. Essa equipe também define e avalia, de acordo com cada criança, a necessidade de um profissional contratado pela escola - o auxiliar de apoio à inclusão.

Em 2012, em seu quadro de pessoal, além de uma vice-diretora, havia 29 educadores infantis, três coordenadores pedagógicos, um auxiliar de secretaria e dois apoios de secretaria em readaptação funcional, todos profissionais concursados. Também fazem parte do seu quadro os funcionários contratados por meio da Caixa Escolar da escola, que é vinculada, administrativa e financeiramente, à Escola Municipal Imaco: cinco cantineiras, dois porteiros, dois vigias, quatro faxineiras e três apoios de inclusão. Conforme informação detalhada anteriormente sobre as Caixas Escolares, todas as UMEIs da cidade são vinculadas, administrativa e financeiramente, a outra escola da rede pública municipal.

Na UMEI, há sempre vagas ociosas nas turmas de 3, 4 e 5 anos, de acordo com a razão adulto/criança definida em resolução da educação infantil (uma educadora para cada 20

crianças das turmas de 3 e 4 anos e uma educadora para cada 25 crianças das turmas de 5 anos). Foi definido, devido à capacidade das salas de 5 anos dessa escola, que cada uma delas teria 23 crianças. Para isso, a SMED e a Gerência de Educação da Regional Centro-Sul consideraram a metragem das salas de aula. Muitas famílias, ao matricularem as crianças no turno matutino, deixam seus nomes na lista de espera para o turno vespertino. A UMEI Delfim Moreira, no momento de sorteio das inscrições, faz o sorteio do turno em que a criança foi contemplada com a vaga, no entanto, essa não é orientação da SMED. Cada escola se organiza de uma forma, depois do sorteio de todas as vagas, em que as crianças são classificadas. Na UMEI Timbiras, por exemplo, no momento da matrícula é que ocorre a escolha do turno, sendo essa por ordem de chegada.

Para explicar a ociosidade de vagas e o abandono na UMEI Delfim Moreira, devo recorrer à hipótese de que as famílias estão fazendo opção por matricularem suas crianças em outras instituições que oferecem atendimento que lhes convém, seja devido ao turno, à proximidade de casa ou ao atendimento integral, em detrimento da matrícula nessa Unidade, que só oferece atendimento parcial. Essa hipótese é mais bem discutida no capítulo 2, a partir de análise de dados da escola sobre o atendimento e o levantamento dos motivos apresentados pelas famílias para o cancelamento de matrículas.

Localizada a, aproximadamente, 300 metros da UMEI Delfim Moreira, está a UMEI Timbiras, que atende o mesmo público. De acordo com a Política de Educação Infantil de Belo Horizonte, as escolas podem atender às idades de 0 a 5 anos. Geralmente, as escolas construídas pela Prefeitura em terreno adquirido são feitas, de acordo com o projeto arquitetônico existente, para que atendam a todas essas faixas etárias. Naquelas que são assumidas pelo município, é feito um estudo para adequação do atendimento, a exemplo da UMEI Delfim Moreira. Como já apontado anteriormente, em praticamente todas as UMEIs, para a faixa etária de 0 a 2/3 anos, o atendimento é das 7h às 17h20, chamado de atendimento integral, e, para a idade de 3 a 5 anos, a família faz opção, ao ser sorteada, por um dos turnos: manhã ou tarde, chamado de atendimento parcial. Esses são alguns critérios de distribuição de vagas da política de atendimento.

Após a municipalização, a Gerência Regional de Educação Centro-Sul abriu o processo de inscrições para novas matrículas na UMEI Delfim Moreira, em janeiro de 2011. Assim, a escola iniciou 2012 com 461 crianças matriculadas, sendo que 35,1% correspondiam à faixa etária de 3 anos, mesmo sendo a capacidade total da escola de 418 crianças. Segundo os registros da instituição, essa diferença se deve ao fato de um expressivo número de famílias ter realizado a matrícula, mas as crianças estavam infrequentes. Em algumas situações, as

famílias aguardavam troca de turno e, em outras, a escola aguardava o prazo para cancelar as matrículas. Ao mesmo tempo, a escola realizava novas matrículas, para composição das turmas.

De fevereiro a dezembro do corrente ano, a escola cancelou 77 matrículas e seu atendimento esteve entre 360 crianças matriculadas, em outubro de 2012, e 341 crianças, em janeiro de 2013. Isso significa uma oscilação de 5,3% no atendimento da escola. Esses dados estão apresentados, com maior detalhamento, no segundo capítulo.

1.3.2 A UMEI Timbiras

A UMEI Timbiras foi a primeira escola que teve um projeto arquitetônico diferenciado, devido ao aproveitamento de uma construção tombada pelo patrimônio histórico e cultural da cidade. Sua obra foi concluída em dezembro de 2010. Tem capacidade de atendimento para 440 crianças de 0 a 5 anos e 8 meses e está vinculada à Escola Municipal Marconi. Está localizada na confluência das ruas Timbiras e Espírito Santo, a 300 metros da UMEI Delfim Moreira. Teve seu espaço físico reformulado para atender crianças de 0 a 5 anos. Para as crianças de 0 a 2/3 anos, oferece o atendimento integral, das 7h às 17h20, e para as de idade 3 a 5 anos, o atendimento é oferecido em um dos turnos, como acontece na UMEI Delfim Moreira.

Em seu espaço físico, há um estacionamento, subsolo e três anexos, incluindo sala multiuso, refeitório, biblioteca e *playground*. No antigo casarão, funcionam o setor administrativo, a sala multiuso e o refeitório. O parquinho está localizado entre a rua e a edificação. No primeiro pavimento do anexo 1, há salas de atividades, biblioteca, sanitários e uma área de acesso ao berçário, localizado no anexo 2.

O pavimento superior possui cinco salas para atividades, sanitários, sala dos professores e de reuniões. Há espaço coberto para recreação. Além desses espaços, a escola conta com 21 salas de aula.

Em seu quadro de pessoal, além de uma vice-diretora, há 45 educadores infantis, três coordenadores pedagógicos, um auxiliar de secretaria e um apoio de secretaria, sendo todos profissionais concursados. Também fazem parte do seu quadro os funcionários contratados através da Caixa Escolar da escola que é vinculada, administrativa e financeiramente, à Escola Municipal Marconi: sete cantineiras, dois porteiros, dois vigias, sete faxineiras, um artífice e onze apoios de inclusão.

A reforma do espaço físico da UMEI Timbiras, diferentemente da Delfim Moreira, foi

realizada para que seu atendimento fosse conforme a razão adulto/criança definida em resolução da educação infantil. Assim, para a faixa etária de 0 a 1 ano, essa razão é de 06 crianças para 01 educadora; para crianças de 1 ano, a razão é de 12 crianças e, para a faixa de de 2 anos, a razão é de 16 crianças.

Na UMEI Timbiras, no momento da matrícula, de acordo com a ordem de chegada das famílias, ocorre a escolha do turno: manhã ou tarde, para a faixa etária de 3 a 5 anos.

A escola também recebe crianças advindas de todas as regiões administrativas de Belo Horizonte. Em 2012, iniciou o ano letivo com 42 crianças de 0 a 2 anos matriculadas e 282 crianças de 3 a 5 anos, totalizando 21 turmas e 324 crianças matriculadas. Isso significa que, para a faixa etária de 3 a 5 anos, o percentual de vagas correspondeu a 87%. Nesse mesmo ano, também atendeu crianças com deficiência e contou com o apoio da equipe de inclusão, conforme descrito anteriormente.

Uma característica comum à da UMEI Delfim Moreira em relação às crianças atendidas é que essa escola também recebe crianças de todas as regiões administrativas de Belo Horizonte, além da rotatividade de vagas ocorrida em 2012. Essa escola, em 2012, iniciou o ano com 324 crianças matriculadas; no mês de outubro, havia 350 e, em dezembro, terminou o ano com 336 matriculadas, o que equivale a uma redução de 9,4% em seu atendimento. Os dados sobre esse atendimento são detalhados no capítulo 2.

Apresento, a seguir, um quadro comparativo com as características das duas escolas pesquisadas.

Quadro 01 - Comparativo das características das escolas pesquisadas

ASPECTO	UMEI DELFIM MOREIRA	UMEI TIMBIRAS
Municipalização	Municipalizada em 2010 (última unidade a participar do processo).	Não houve processo de municipalização.
Espaço físico	2 andares: 10 salas de aula; cantina; refeitório; quadra aberta; sala da coordenação; sala da direção; sala dos professores; recepção; secretaria; auditório; sala multiuso e sanitários.	Subsolo e 3 anexos: estacionamento; 21 salas de aula; berçário; refeitório; biblioteca; parquinho; salas de atividades; sala multiuso; sala dos professores; sala de reuniões; espaço coberto para recreação e sanitários.
Quadro de pessoal	1 vice-diretora;	1 vice-diretora;

	29 educadores infantis; 3 coordenadores pedagógicos; 1 auxiliar de secretaria; 2 apoios de secretaria; 5 cantineiras; 2 porteiros; 2 vigias; 4 faxineiras e 3 apoios à inclusão.	45 educadores infantis; 3 coordenadores pedagógicos; 1 auxiliar de secretaria; 1 apoio de secretaria; 7 cantineiras; 2 porteiros; 2 vigias; 7 faxineiras; 1 apoio à inclusão e 1 artífice.
Público atendido	Recebe crianças de todas as regiões de Belo Horizonte.	Recebe crianças de todas as regiões de Belo Horizonte.
Nº de matrículas no início de 2012	461 matrículas (3 a 5 anos) 20 turmas.	Total: 324, sendo: 42 matrículas (0 a 2 anos) e 282 matrículas (3 a 5 anos) 21 turmas.
Turno de matrícula	Sorteio do turno no momento do sorteio da inscrição.	Escolha do turno, pela ordem de chegada, no ato da matrícula.
Vinculação	Vinculada à E.M. Imaco.	Vinculada à E.M. Marconi.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

1.4 A que esta pesquisa pretende responder

Evidencia-se que as duas unidades vivem um desafio cotidiano em sua gestão, ou seja, o problema de abandono pelas crianças, na educação infantil, independentemente da faixa etária. Essa problemática concentra-se, principalmente, no período estabelecido no cronograma de matrículas da SMED, ocorrido entre janeiro e setembro, no ano de 2012.

Como dito anteriormente, esta pesquisa busca verificar em que medida os critérios de acesso à educação infantil interferem na gestão cotidiana das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras. A intenção, de acordo com a análise dos dados de matrículas e ancorada na política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola, é a de apontar sugestões para otimizar e minimizar os impactos na gestão dessas UMEIs.

Entretanto, é essencial a análise detalhada dos problemas enfrentados pelas escolas na implantação da política em questão, bem como a compreensão dos desafios postos aos gestores escolares, no processo de sua implementação. Os dados apresentados neste capítulo serão analisados a partir de aportes teóricos pertinentes e confrontados com os dados coletados nessas instituições.

No próximo capítulo, analiso os dados apresentados até o momento, de acordo com o referencial desenvolvido por Mainardes (2006), em seu trabalho sobre o ciclo de políticas, embasado nas teorias de Ball e Bowe (apud MAINARDES, 2006). Compreende-se como as

unidades pesquisadas implementaram a política do Programa Primeira Escola e os entraves que vivenciaram no cotidiano de tal implementação.

2 OS DESAFIOS DOS GESTORES ESCOLARES NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS EM DUAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE

No capítulo anterior, descrevi o processo de implementação do Programa Primeira Escola em duas unidades de educação infantil do município de Belo Horizonte. Apontei para o problema da alta rotatividade de vagas nas faixas etárias de 3, 4 e 5 anos em tais unidades, de modo a destacar as dificuldades de gestão que as equipes das escolas vivenciam em seu cotidiano.

Para analisar os entraves proporcionados por tal política, na primeira seção deste capítulo, apresento a discussão teórica referente ao ciclo de políticas em seus contextos de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados ou efeitos e da estratégia política. Utilizo, como suporte teórico, a abordagem do ciclo de políticas realizada por Mainardes (2006).

Na segunda seção, discuto os conceitos de evasão e abandono, para caracterizar o problema da alta taxa de abandono vivenciada pelas duas escolas pesquisadas. Recorro, nessa discussão, a alguns autores, pois existem poucos estudos sobre essa questão, no que se refere à educação infantil.

Na terceira seção, por sua vez, analiso as entrevistas, os questionários aplicados e as justificativas dadas pelas famílias para a retirada das crianças das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, com o intuito de verificar como o problema da rotatividade interfere na prática pedagógica em sala de aula e na rotina das escolas.

2.1 Análise da abordagem do ciclo de políticas do Programa Primeira Escola em Belo Horizonte e os desafios na implementação da política de distribuição de vagas nas unidades pesquisadas

A abordagem do ciclo de políticas, baseada nos estudos de Ball e Bowe (apud MAINARDES, 2006), contribui para a compreensão de sua complexidade e contradições, pois, segundo Mainardes, tal abordagem:

[...] destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (MAINARDES, 2006, p. 49).

O mesmo autor apresenta, com base nas características do processo político, a noção de um ciclo contínuo, com os seguintes contextos: o contexto da influência, o contexto da produção de texto, o contexto dos resultados e efeitos e o contexto da estratégia política.

O início das políticas públicas e os discursos políticos compõem o contexto de influência. Fazem parte desse contexto as redes sociais, os partidos políticos, o governo e o poder legislativo. Tais atores são influenciados por outras organizações públicas formais, a exemplo das comissões e grupos representativos, organizações nacionais e internacionais.

Em pesquisa realizada pela pedagoga Vilanova (2010, p. 30), foram identificados os contextos do Programa Primeira Escola. No contexto de influência, ela detalha o trabalho da comissão de matrículas para a educação infantil, criada em 2002. Segundo a autora, “o objetivo dessa comissão era elaborar os novos critérios de acesso à Educação Infantil no município”.

Vilanova (2010) apresenta as influências encontradas na elaboração dos critérios de matrículas:

[...] identificamos, então, quatro influências: a primeira delas refere-se à proposta de governo para a destinação de 100% das vagas para as crianças provenientes de famílias vulneráveis socialmente. A segunda influência constatada refere-se à contestação dos profissionais da Educação que defendiam que seria mais interessante para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças a oportunidade da convivência com a diversidade, destinando 50% das vagas para as crianças vulneráveis e 50% para o público em geral. A terceira influência diz respeito a pressões por parte da sociedade civil de se adotar o sorteio como critério único de acesso à Educação Infantil. A quarta influência se refere às comunidades que se organizaram para lutar pela construção das Unidades Municipais de Educação Infantil, às vezes até doando terrenos, e que também queriam ser contempladas na distribuição das vagas das instituições (VILANOVA, 2010, p. 30).

Segundo a autora, os critérios definidos para a matrícula pelo programa são: 70% das vagas para as famílias em vulnerabilidade, 10% distribuídos às comunidades que moram no entorno das instituições, por meio de sorteio, e os 20% restantes para o sorteio público geral. Os critérios foram resultado de quatro influências, sendo que cada uma delas apresentava uma proposição diferenciada: de governo, pressões da sociedade civil, dos profissionais da educação e da comunidade em geral (VILANOVA, 2010, p. 30). Como mostro adiante, vários foram os atores que influenciaram na concepção dos critérios de matrícula do Programa Primeira Escola.

Para Ball e Bowe (apud MAINARDES, 2006), o contexto de influência contém interesses e ideologias que se relacionam com os documentos produzidos em diversos gêneros textuais: documentos legais, comentários, pronunciamentos, dentre outros. No caso do Programa Primeira Escola, de Belo Horizonte, podemos considerar que o ofício que as escolas

recebem da Secretaria Municipal de Educação contendo as orientações para o processo de inscrição e matrícula de crianças da Rede Municipal de Educação é um dos exemplos de textos políticos. De acordo com Mainardes (2006), esses documentos representam a política e podem ser considerados o resultado de disputa e acordo, segundo os interesses dos grupos que atuam nos diferentes lugares de sua produção. Assim, esse processo vivenciado pelas escolas pode se enquadrar na categoria da política como texto.

Porém, esses documentos possuem limitações que têm consequências na prática dessa política, como afirma o autor:

[...] Políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. As respostas a esses textos têm consequências reais. Essas consequências são vivenciadas dentro do terceiro contexto, o contexto da prática (MAINARDES, 2006, p. 53).

Nessa perspectiva, a implementação do Programa Primeira Escola sofreu e sofre modificações em seu contexto da prática. Ao tentar interpretar esse ciclo da política, a meu ver, o contexto da prática do programa refere-se às UMEIs, à Gerência de Educação Infantil (GECEDI), às gerências regionais de educação, dentre outros, pois são vários os locais em que o programa está em prática.

No entanto, de acordo com o local em que o contexto da prática acontece, os vários atores fazem uma leitura da política, pois suas experiências e valores são diferentes. Consequentemente, a política pode ter alterações de concepção e valores, quando de sua criação. Sabemos que esses outros atores do contexto da prática são importantes e ativos. A interpretação da política, portanto, passa a ser uma disputa, na perspectiva de Mainardes (2006, p. 52).

A política como texto se refere às políticas como representações das influências. Nesse sentido, Mainardes considera:

Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas (MAINARDES, 2006, p. 53).

Dialogando com a posição desse autor, os vários leitores têm importância no processo de interpretação das políticas. Dessa forma, a política atribui valorização aos atores e ao que é dito, sendo que algumas vozes serão mais ouvidas e consideradas como legítimas e outras não. Para toda política, portanto, faz-se necessário considerar o contexto histórico das relações

de poder e dos interesses dos vários grupos (MAINARDES, 2006, p. 53).

Segundo Mainardes (2006, p. 54), na obra *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball apresentou mais dois contextos do ciclo de políticas: o contexto dos resultados e efeitos e o contexto da estratégia política. O primeiro cuida das questões de justiça, igualdade e liberdade individual e, para esse autor, as políticas deveriam ser analisadas pelos impactos causados sobre as desigualdades sociais. O segundo faz referências aos resultados. O último contexto, o da estratégia política, também é importante, porque, a partir dele, surgem novas estratégias para a correção dos resultados. Dessa forma, o contexto da estratégia política, segundo o autor, identifica as atividades importantes a serem realizadas para reparar as desigualdades ou, até mesmo, as criadas pela própria política.

No Programa Primeira Escola, foi possível perceber, segundo Vilanova (2010, p. 33), “as desigualdades de acesso à Educação Infantil na medida em que não se ofertam vagas para todas as famílias que desejam e buscam o atendimento”. O programa, por um lado, ampliou o atendimento às crianças na faixa etária de 3 a 5 anos, mas, por outro lado, a política de distribuição de vagas nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras ainda não é totalmente eficiente, pois a existência de vagas ociosas é uma realidade em tais unidades.

Outro contexto a ser considerado para analisar a implementação do programa é o contexto da prática, que exige, aqui, uma atenção especial, pois é a partir dele que os atores interpretam ativamente os textos relativos aos outros contextos. Ao fazerem isso, acabam por revelar “processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismos dentre e entre as arenas da prática”, ocasionando, segundo Bowe (apud MAINARDES 2006), uma recriação da política no contexto da prática.

A partir da abordagem dos contextos do ciclo das políticas, sob a ótica da implantação do Programa Primeira Escola, é possível perceber a complexidade, as limitações, as consequências reais vivenciadas pelas escolas, no que se refere à política de distribuição de vagas do Programa.

A seguir, a análise desses contextos nas escolas selecionadas para a pesquisa, que considera a inter-relação e a complexidade das etapas do processo, a partir da implementação da política em questão, ou seja, dos seus contextos da prática e dos efeitos.

2.1.1 Os contextos da prática e os efeitos da implantação da política de distribuição de vagas nas escolas analisadas

Retomando a contribuição trazida por Mainardes (2006) sobre a necessidade de atenção especial ao contexto da prática, vejamos, nas escolas pesquisadas, como esse se

apresenta, se ocorrem mudanças da política em tal contexto, a revelação de seus efeitos que interferem na política e a análise realizada voltada para as mudanças observadas na prática.

Os dados da UMEI Delfim Moreira mostram que a escola iniciou o ano de 2012 com um determinado número de matrículas, como demonstrado na Tabela 5. As crianças já estavam na escola em 2010 e a Prefeitura Municipal garantiu as vagas para todas as famílias que quisessem permanecer na escola, em decorrência de sua municipalização. A escola necessitava reservar 153 vagas para essas crianças. No entanto, somente 116 dessas permaneceram na escola, como pode ser observado no registro da secretaria, conforme o atendimento de fevereiro de 2011. Durante todo o ano de 2011, observa-se a movimentação de saída e entrada de crianças em todas as turmas, porém optei por fazer um recorte e trabalhar com os dados do ano de 2012.

No mês de novembro, quando foi concluído o processo de novas inscrições e matrículas para 2012, a previsão de atendimento da escola era de 418 crianças, em seis turmas de 3 anos, seis de 5 anos e oito de 4 anos. A capacidade de atendimento de cada faixa etária, nesse momento, conforme os critérios estabelecidos da política, era a seguinte: 120 para 3 anos, 160 para 4 anos e 138 para as crianças de 5 anos. No entanto, foi feita nova composição de turmas e de crianças para o início do ano letivo, como evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 - Matrículas iniciais na UMEI Delfim Moreira, em janeiro de 2012

Turmas\Turnos	03 anos		04 anos		05 anos		Total Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Manhã	114	70%	96	58%	52	39%	262	57%
Tarde	48	30%	70	42%	81	61%	198	43%
Crianças matriculadas	461							

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Mesmo que a capacidade de atendimento da escola seja de 418 crianças, a Tabela 5 mostra um quantitativo maior de crianças matriculadas, perfazendo o total de 461 crianças. Segundo os registros da escola, essa diferença se deve ao fato de um expressivo número de famílias que fizeram a matrícula não terem seus filhos frequentando o estabelecimento.

No início do ano letivo, a gestão escolar decidiu fechar uma turma com alunos na faixa etária de 4 anos, no turno da manhã, considerando o número de crianças frequentes e matriculadas: 96 crianças matriculadas inicialmente e, naquele momento, 62. Ficamos com

um educador excedente em nosso quadro de pessoal.

A partir dos dados coletados nos diários das turmas (APÊNDICE A), notadamente se observa ociosidade de vagas em praticamente todas as faixas etárias e turnos de atendimento. É possível notar, no entanto, que o turno da manhã teve uma rotatividade maior de crianças nas turmas, se comparado ao da tarde.

No atendimento de crianças de 4 anos, por exemplo, os turnos inicialmente apresentavam um quantitativo de turmas e de crianças matriculadas diferenciado: 1º turno com 96 crianças, em 4 turmas, e o 2º turno com 70 crianças, em 3 turmas. Ao final do ano, de acordo com os dados coletados nos diários de classe (APÊNDICE A), o total de crianças que permaneceu no 1º turno foi de 53 e, no 2º turno, de 47. Ou seja, o 2º turno teve menor número de matrículas canceladas em relação ao 1º. Também é possível observar que houve um maior remanejamento de crianças do 1º turno em relação ao segundo. Essa constatação pode ser aferida no atendimento da faixa etária de 3 anos. Diferentemente das outras idades, os dados evidenciam que, nas turmas de 5 anos, houve uma menor rotatividade de crianças nos dois turnos.

O resumo da situação vivenciada durante o ano de 2012 da UMEI Delfim Moreira é apresentado nas Tabelas 6 a 11. A Tabela 6 evidencia essa necessidade da escola na realização de novas matrículas, pois retrata a ocorrência de cancelamentos de matrículas durante todo o período, entre fevereiro a setembro de 2012. É possível perceber um número maior de cancelamentos de matrículas na faixa etária de 3 anos.

Tabela 6 - Matrículas canceladas na UMEI Delfim Moreira até setembro de 2012

Turmas\Turnos	03 anos	04 anos	05 anos
Manhã	39	26	03
Tarde	05	11	17
Total	44	37	20
Total Geral: 101 cancelamentos			

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A partir da leitura da Tabela 7, é notável verificar que a escola teve maior demanda das famílias das crianças de 3 e 4 anos para a troca de turnos: do vespertino para matutino; para a idade de 5 anos, a situação foi contrária: do matutino para o vespertino.

Tabela 7 - Total de crianças remanejadas entre os turnos na UMEI Delfim Moreira

Turmas\Turnos	03 anos	04 anos	05 anos
De manhã para tarde	15	22	08
De tarde para manhã	11	07	14
Total	26	29	22

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Os dados da Tabela 8 apresentam um resumo da quantidade de crianças que estavam na escola até o mês de outubro de 2012. Esse dado é importante para fazermos uma comparação em relação ao número de crianças que efetivamente permaneceram na escola até o final do ano, chegando ao total de 360 crianças.

Tabela 8 - Total de crianças que permaneceram na UMEI Delfim Moreira até outubro de 2012

Turmas\Turnos	03 anos	04 anos	05 anos
Manhã	62	53	41
Tarde	30	47	50
Subtotal	92	100	91
Remanejamentos	26	29	22
Subtotal	118	129	113
Total Geral: 360			

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

O resumo de matrícula para o censo 2013, Tabela 9, retrata a finalização do ano de 2012 e o processo de inscrição de crianças novatas para 2013. Das novas matrículas, 98 crianças de 3 anos entraram na escola por meio do processo seletivo. As inscrições são realizadas no mês de setembro e as matrículas devem ser feitas até janeiro, conforme orientações da SMED. Se comparada à Tabela 5, apresentada anteriormente, podemos mencionar que houve diferença: 11 crianças novatas que estavam na turma de 3 anos foram para as turmas de 4 anos, mas ocorreu redução de 15 crianças para as turmas de 5 anos, uma vez que havia 129 nas turmas de 4, em 2012 e, em 2013, ficaram somente 114. Portanto, de novembro a dezembro, aconteceu uma nova redução, correspondente a 11,6%, de crianças de 4 anos na UMEI Delfim Moreira.

Tabela 9 - Resumo de matrícula por turma na UMEI Delfim Moreira

para o censo de janeiro de 2013

Turnos	Nº de turmas	Turmas	Nº de Alunos matriculados
Manhã	4	3/4	62
	4	4/5	55
	2	5/6	37
Tarde	2	3/4	36
	4	4/5	74
	4	5/6	77
Total de Alunos: 341			

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A Tabela 10 aponta que a escola, de acordo com seu fluxo de turmas, disponibilizou todas as suas 140 vagas para o ano seguinte para a entrada de crianças novatas de 3 anos. Para as demais idades, dependia do total de crianças que permanecessem na escola. Era expectativa da instituição que 107 crianças de 4 a 5 anos permanecessem, mas esse número foi maior, como visto na Tabela 5. Para a idade de 5/6 anos, a previsão era a de haver 09 crianças novatas, o que não se confirmou.

Tabela 10 - Relatório estatístico do processo seletivo na UMEI Delfim Moreira em 2013

Recorte	Vagas Previstas	Vagas disponíveis após o fluxo
De 3 a 4 anos	140	140
De 4 a 5 anos	137	30
De 5 até 6 anos	141	9
Totais	418	179

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Entre janeiro e fevereiro de 2013, após o término do cronograma de encerramento de matrículas daqueles inscritos, a escola iniciou o ano com 405 crianças matriculadas, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11 - Resumo de matrícula por turma para o censo na UMEI Delfim Moreira

Turnos de Funcionamento	Idade Turmas	Quantidade Turmas	Nº de Alunos
	3/4	04	78
	4/5	04	77

MANHÃ	5/6	02	44
TARDE	3/4	03	58
	4/5	03	58
	5/6	04	90
Total de Alunos: 405			

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Na UMEI Delfim Moreira, é notória a problemática vivenciada pela gestão da escola com respeito à rotatividade das crianças. Em seguida, apresento a UMEI Timbiras, prosseguindo com a pesquisa, para efeito comparativo.

Primeiramente, aparecem os dados do atendimento geral das crianças de 0 a 2 anos, em regime integral, das 7h às 17h20. A UMEI Timbiras possui dois berçários, uma sala para o atendimento às crianças de 01 ano e uma para as de 2 anos.

O interessante da Tabela 12 é que uma turma no turno da manhã da faixa etária de 3 anos teve início no 2º semestre de 2012. Segundo as informações obtidas na secretaria da escola, a autorização foi dada pela Gerência Regional de Educação Centro-Sul que, de acordo com os critérios da política de distribuição de vagas, prioriza o atendimento da demanda das crianças mais velhas, ou seja, as de 5 a 3 anos na lista de espera, em detrimento das mais novas. Nesse turno, a quantidade de crianças que desistiram da escola ficou em torno de 22,1%. No 2º turno, não houve remanejamento em nenhuma das três turmas e o percentual de cancelamento de matrículas foi menor: 18,1%.

Tabela 12 - Matrículas nas turmas de 0 a 2 anos, horário integral na UMEI Timbiras

Mês/ Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total de crianças que passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Berçário 1 0 a 1 ano	02	01	05	06	04	05	06	09	03	0	06
Berçário 2 0 a 1 ano	06	05	06	05	06	05	06	09	03	00	06
Turma de 01 ano	14	14	14	13	15	15	15	16	01	00	15
Turma de 2 anos	15	15	16	16	16	16	16	16	00	00	16

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A escola atendeu, em 2012, a 42 crianças de 0 a 2 anos. Por meio da Tabela 12, é possível notar sete cancelamentos de matrículas, entre as turmas do berçário e 01 ano.

Os dados da Tabela 13 sobre a faixa etária de 3 anos revelam que, no turno da manhã, há maior cancelamento que no da tarde. O percentual de cancelamento de matrículas nessa idade foi de 35,6%.

Tabela 13 - Matrículas nas turmas de 03 anos UMEI Timbiras

Mês/ Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total de crianças que passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Manhã	17	17	19	18	19	19	18	22	03	01	18
	00	00	00	00	09	21	17	21	04	00	17
	18	14	18	14	15	17	17	34	12	05	17
Tarde	20	19	18	20	19	21	20	25	05	00	20
	17	15	22	22	22	22	19	22	03	00	19
	18	19	18	21	20	20	20	25	05	00	20

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A Tabela 14 mostra que, a partir do 2º semestre, fechou-se uma turma de 4 anos e as crianças foram remanejadas para as demais turmas. Se considerarmos somente as três turmas, o quantitativo de remanejamentos de crianças foi inexpressivo, o que não ocorreu em relação ao percentual de cancelamentos de matrículas: 20, no total.

Tabela 14 - Matrículas nas turmas de 04 anos UMEI Timbiras

Mês/ Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total de crianças que passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Manhã	13	12	13	16	17	18	18	25	07	00	18
	13	11	12	00	00	00	00	14	03	14	00
	16	15	17	22	22	21	19	21	02	00	19
	17	15	15	17	16	19	19	30	08	03	19
Tarde	20	20	21	20	20	19	18	23	05	00	18
	20	21	21	20	20	20	20	21	01	00	20
	20	19	19	19	19	21	18	26	08	00	18

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

No turno da tarde, as turmas da faixa etária de 4 anos praticamente ficaram estáveis, se

comparadas às anteriores, mas, ainda assim, foi alto o percentual de crianças que saíram da escola, como visto na Tabela 14.

A Tabela 15 apresenta dados referentes à idade de 5 anos. As turmas da tarde mantiveram maior estabilidade do que as do turno da manhã, porém o 2º turno teve maior evasão, se comparado ao 1º: 21%.

Tabela 15 - Matrículas nas turmas de 05 anos na UMEI Timbiras

Mês/ Matrícula	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total de crianças que passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Manhã	24	20	20	17	17	18	17	19	12	00	17
	19	19	18	18	18	18	18	24	05	01	18
Tarde	24	24	25	24	23	23	25	30	04	01	25
	26	25	25	27	27	26	24	32	07	01	24

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A UMEI Timbiras apresentou, em 2013, um total de 840 candidatos inscritos, conforme o relatório estatístico do processo seletivo disponibilizado pela escola, em 26 de fevereiro de 2013.

Como pode ser verificado na Tabela 16, em relação ao processo de inscrição na UMEI Timbiras para o ano de 2013, 70% das crianças inscritas têm de 0 a 2/3 anos e 30%, de 3 a 5 anos. O total de vagas disponíveis para a 1ª faixa de idade correspondeu a 11%, a UMEI atendeu apenas a 16 crianças. É possível aferir, também, que, para a idade de 3 a 5 anos, a oferta de vagas foi maior, correspondendo a 87,4%, e o percentual de crianças inscritas foi de 30%.

Tabela 16 - Relatório do processo seletivo em 2012 da UMEI Timbiras

Recorte	Total de Candidatos	Vagas Previstas	Vagas disponíveis após o Fluxo
De 0 a 1 ano	115	12	12
De 1 a 2 anos	250	12	-1

De 2 a 3 anos	223	16	4
De 3 a 4 anos	105	109	29
De 4 a 5 anos	98	140	61
De 5 até 6 anos	49	89	14
Totais	840	378	119

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Foram disponibilizadas 16 vagas de 0 a 2 anos e 104 vagas para as idades de 3 a 5 anos. Se todas as crianças tivessem permanecido na escola, como demonstrado nas tabelas anteriores, o total de vagas que deveriam ser disponibilizadas para 2013 não corresponderia ao da Tabela 17.

Tabela 17 - Total de vagas para 2013 a partir do número de crianças que permaneceram nas turmas UMEI Timbiras

Recorte	Crianças que permaneceram em 2012
De 0 a 1 ano	12
De 1 a 2 anos	15
De 2 a 3 anos	16
De 3 a 4 anos	112
De 4 a 5 anos	112
De 5 até 6 anos	84

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Isso significa que, no período de outubro a dezembro, do encerramento do ano letivo e início de 2013, houve uma nova redução de crianças nessa escola, sendo três crianças de 2 anos e onze crianças de 4 anos. As de 5 anos foram para o Ensino Fundamental.

Apresento, a seguir, os dados da UMEI Delfim Moreira para a composição das turmas em 2013, cujo processo seletivo ocorreu no mesmo período em que o da UMEI Timbiras, conforme o calendário definido pela SMED.

Tabela 18 - Relatório do processo seletivo em 2012 na UMEI Delfim Moreira

Recorte	Total de Candidatos	Vagas Previstas	Vagas disponíveis após o Fluxo
De 3 a 4 anos	92	140	140
De 4 a 5 anos	39	159	54

De 5 até 6 anos	11	119	23
Totais	142	418	217

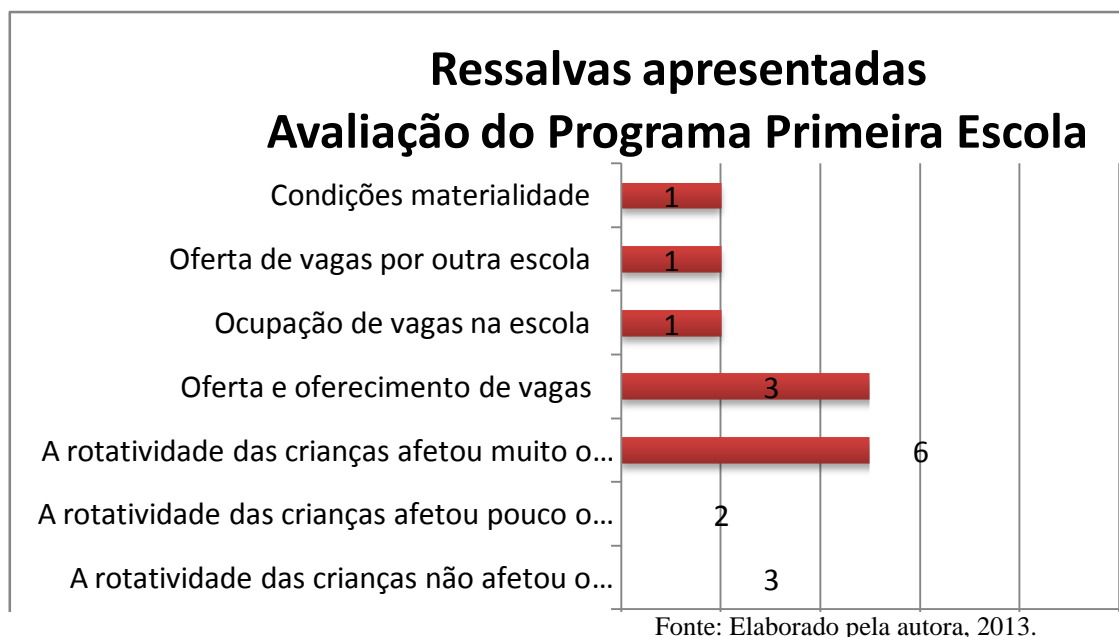
Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A Tabela 16 mostra que a UMEI Timbiras teve grande demanda por vagas na faixa etária de 0 a 3 anos. Já para a idade de 3 a 5 anos, a quantidade de vagas na UMEI Delfim Moreira foi superior à de crianças inscritas, diferentemente do que ocorreu na UMEI Timbiras.

Foi aplicado um questionário (APÊNDICE B) para as professoras das duas escolas, com o objetivo de avaliar a implementação do Programa Primeira Escola, no que se refere à política de distribuição de vagas. Faz-se necessário mencionar que fizemos a opção por um recorte na aplicação desse questionário: o instrumento foi aplicado para as turmas em que, de acordo com os dados já apresentados, houve uma rotatividade significativa de crianças. Assim, da UMEI Timbiras, 11 responderam ao instrumento, e 7 da UMEI Delfim Moreira. As perguntas foram referentes à quantidade de crianças que iniciaram o ano naquela turma, quantas saíram dela, a avaliação, as ressalvas e quais (se tivessem) ao Programa Primeira Escola, o efeito gerado por essa rotatividade no trabalho pedagógico, como lidaram com essa situação e o trabalho do gestor mediante essa situação.

Diante do questionário aplicado com foco na avaliação de implementação do Programa Primeira Escola nas unidades pesquisadas, nove professores avaliaram o programa como positivo sem ressalvas, e outros nove, como positivo com ressalvas. As ressalvas apresentadas pelos professores foram: as condições de materialidade e infraestrutura da escola, a rotatividade das crianças, vagas em outra escola, ocupação das vagas, oferta de vagas e as datas definidas para prazo de matrícula nas escolas, como mostra o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Ressalvas apresentadas na avaliação do Programa Primeira Escola



Segundo a professora C, “a entrada e saída de crianças (normalmente até setembro) atrapalha a rotina da turma, temos que fazer várias adaptações ao longo desse período”. Uma das questões apresentadas nesse instrumento se referia à quantidade de crianças que iniciaram e terminaram o ano letivo nas turmas. As professoras, ao identificarem esses dados, opinaram sobre o efeito gerado em seu trabalho. No que diz respeito à rotatividade e efeitos no trabalho pedagógico, nove professores declararam que esse aspecto afetou muito o trabalho pedagógico; três, que afetou pouco, e seis, que não afetou.

Como podemos perceber, os questionários reforçaram a impressão de que a troca constante de crianças tem efeitos gerados no trabalho desenvolvido pelas professoras. Logo a seguir, procuraremos aprofundar a abordagem sobre o impacto que o abandono dessas matrículas tem no Programa Primeira Escola e também sobre a importância da frequência das crianças na educação infantil e a relação com seu desenvolvimento.

2.2 O caso observado no quadro de matrículas das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras: abandono ou evasão?

Devemos relatar as limitações desta pesquisa para tratar do fenômeno do abandono observado nas duas escolas de educação infantil, para análise dos dados na perspectiva de um pressuposto teórico. Isso porque os vários aportes teóricos encontrados referem-se a esse tema no Ensino Fundamental e Médio, o que nos levou a optar por, primeiramente, dialogar com as pesquisas que tratam do impacto da educação infantil no Ensino Fundamental e do impacto do

Programa Primeira Escola no desenvolvimento das crianças e em suas famílias. Em seguida, dialogamos com o conceito de abandono, na perspectiva de Saraiva (2010) e, finalmente, analisamos os casos das duas escolas pesquisadas, com base no referido conceito.

Viana (2012) menciona os vários programas de avaliação das políticas públicas da educação infantil existentes na América Latina e identifica que é na primeira infância que várias habilidades são desenvolvidas, sendo preponderante o acesso a essa etapa da educação para aquisição futura das demais habilidades necessárias à formação dos sujeitos. Para a autora, se “um indivíduo não tem seu desenvolvimento educacional suficientemente trabalhado na infância, maiores são as chances de que ele viva em situação de desvantagem socioeconômica” (VIANA, 2012, p. 25).

A mesma autora, ao continuar a tratar sobre as evidências da produtividade na educação infantil nessa perspectiva, apresenta:

No Brasil, a existência de dados para análises como essas feitas para os programas americanos é limitada. Avaliações de intervenções no início da infância se baseiam em dados de frequência à educação infantil provenientes de testes de avaliação da educação básica brasileira, como a Prova Brasil e SAEB, ambos do INEP, ou de outras pesquisas que porventura captam essa frequência, como a PPV. Há falta de pesquisas que acompanhem o indivíduo por um período de tempo maior, ideal para avaliação do impacto duradouro dessas intervenções (VIANA, 2012, p. 43).

A autora ainda recorre à pesquisa de Klein (2007), mostrando dados que indicam o crescimento de matrículas em creches e pré-escolas, e também apresenta uma análise dos dados do SAEB e a associação positiva sobre o desempenho em Matemática e a entrada na creche ou na pré-escola. Ou seja, discorre sobre a avaliação do impacto da frequência à educação infantil no Brasil, utilizando dados do SAEB 2003. A influência dessa primeira etapa da Educação Básica na vida dos alunos pesquisados apresentou um índice considerável para a conclusão do Ensino Fundamental, Médio e Superior, e também um crescimento nos índices de proficiência nos testes de Língua Portuguesa, conforme a pesquisa realizada com 299 famílias de Belo Horizonte (VIANA, 2012, p. 44).

Barbosa (2009), ao tratar sobre o cuidar e o educar na educação infantil, avaliou o impacto do Programa Primeira Escola (PPE) na vida das crianças e suas famílias na UMEI Carlos Prates. Segundo as conclusões dessa pesquisadora:

O PPE teve um impacto na frequência das crianças da referida UMEI sobre o desenvolvimento cognitivo; o acesso aos bens culturais e à saúde; nas famílias, sobre a renda e o orçamento; no desenvolvimento de hábitos de

higiene e na escolarização (BARBOSA, 2009, p. 184).

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, concordo com Barbosa, ao constatar que a frequência das crianças é importante na avaliação do impacto do programa. Na referida pesquisa, foi demonstrada a ocorrência do mesmo fenômeno observado neste estudo de caso:

[...] que a frequência dos alunos em 2004 era baixa, principalmente entre os filhos dos catadores de papel associados à ASMARE⁵. Esse ano, segundo ela “funcionária da escola”, foi atípico. As crianças faltavam muito e ocorriam várias desistências e retornos dos mesmos alunos. Houve dias em que a escola inteira encontrava-se apenas com dez crianças em seu interior (BARBOSA, 2009, p.105).

Percebe-se, por meio dessa pesquisa, a importância do acesso e da permanência das crianças na primeira infância a/em creches e pré-escolas.

Para análise dos dados encontrados nas escolas pesquisadas, faz-se necessário entender o que são a evasão e o abandono escolar. Saraiva (2010) apresenta um verbete sobre abandono escolar no Ensino Médio, definindo-o como:

[...] a condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo, mas volta a se matricular no ano seguinte. A situação de abandono escolar é frequentemente associada e até mesmo confundida com a evasão escolar. Entretanto trata-se de situações educacionais diferentes, pois, no caso do abandono, o aluno retorna à escola no ano seguinte, mas para ser considerada uma situação de evasão escolar é necessário que ele não volte a se matricular (SARAIVA, 2010).

Nas escolas pesquisadas, verifica-se que a UMEI Delfim Moreira iniciou o ano de 2011 com 461 matrículas; em setembro, estava com 360 crianças e, em outubro, com 341. Iniciou o ano de 2013 com 405 crianças matriculadas. Ou seja, essa escola iniciou o ano de 2012 com 43 crianças matriculadas a mais que sua capacidade de atendimento, já tendo em vista que as famílias não haviam, efetivamente, levado as crianças para a escola. Em março de 2012, a escola fechou uma turma de 4 anos, pois havia 62 crianças a menos, ou seja, a escola, a partir de sua capacidade física, atendeu, naquele mês, a 356 crianças. No período de janeiro a março, a escola teve um abandono de 17,4%. Durante o mês de setembro, esse percentual caiu para 16,3%, devido à entrada de 4 crianças. Comparando-se os meses de novembro a dezembro, o índice de abandono escolar foi de 5,27%, como observado no relatório estatístico

⁵ A Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) foi fundada, oficialmente, em 1º de maio de 1990, por catadores de papel da região central da cidade, com auxílio da Pastoral de Rua e de alguns movimentos sociais (BARBOSA, 2009, p. 78).

do processo seletivo de 2013.

Na UMEI Timbiras, houve um percentual de abandono de 16,7% no atendimento integral referente à idade de 0 a 2 anos, entre os meses de fevereiro e outubro. Entre novembro e dezembro, tal percentual foi de 7,1%. Para a faixa etária de 3 a 5 anos, atendida em horário parcial, a taxa de abandono foi de 35,6%, entre fevereiro e outubro. Entre os meses de outubro e novembro, o total de crianças que deveriam ficar na escola era de 140, porém somente 129 permaneceram, o que representa taxa de 7,9% de abandono escolar, correspondendo à diferença de crianças para a idade de 4 anos.

Assim, nessas duas escolas, fica evidente que o fenômeno de abandono escolar tem um percentual muito alto nos dois ciclos da educação infantil. No 2º ciclo, o de 3 a 5 anos, a UMEI Timbiras apresentou um índice maior de abandono escolar, se comparado ao da UMEI Delfim Moreira.

2.3 As justificativas de saída das crianças das duas escolas e o problema pedagógico causado - análise das entrevistas

Antes de realizar a análise dos dados sobre os motivos de cancelamento de matrícula apresentados pelas famílias, é importante destacar que, se comparado ao quantitativo de matrículas canceladas apresentado nas tabelas anteriores da UMEI Timbiras, percebe-se que há uma diferença entre esses dados: o número de cancelamentos e a quantidade de declarações das famílias encontradas na escola. Isso significa que nem sempre a família apresenta o motivo na hora da desistência de vaga. Porém, os dados apresentados na Tabela 19 nos revelam que, do total das famílias, 9,6% declararam como motivo para desistência da matrícula a existência de vaga em outra UMEI mais próxima de sua residência. Existem aqueles que declaram ir para outra escola próxima de casa (20,8%) que, somados àqueles que declaram que o horário não atendeu (12,8%), fazem o percentual subir para 70,5%.

A Tabela 19 também apresenta os demais motivos das famílias para justificativa do cancelamento de matrícula. Somando-se aqueles que conseguiram vaga em outra UMEI, 10%, aos que conseguiram vaga em escola mais próxima de sua residência, 20%, e aos que afirmam que o horário não os atendeu, 12,8%, o percentual de desistência de vagas é de 42,8%, na UMEI Timbiras. Na faixa etária de 3 a 5 anos, 10,4% desistiram da vaga porque não tiveram atendimento no horário integral, e a justificativa da dificuldade do transporte escolar atingiu o percentual de 8%.

Tabela 19 - Levantamento dos motivos de desistência das vagas pelas famílias na UMEI Timbiras em 2012

Motivos de desistência da vaga	Faixa etária/ Quantidade				Total
	0 a 2 anos	3 a 4 anos	4 /5 anos	5/6 anos	
Vaga UMEI perto de sua casa	1	5	5	1	12
Mudança de endereço	1	12	7	2	22
Outra escola próxima residência	2	4	11	9	26
Quer horário integral	0	4	7	2	13
Não conseguiu transporte escolar	0	3	5	2	10
Sem motivo	1	0	0	0	1
O horário não atende	0	3	9	4	16
Problema de saúde	2	0	1	0	3
Escola particular	0	2	0	1	3
Não teve vaga para o irmão	0	0	2	0	2
Greve dos professores	0	0	0	1	1
Não se adaptou	0	1	0	0	1
Outros motivos	3	0	4	8	15
Total	10	34	51	30	125

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

Os motivos que levaram as famílias a desistirem das vagas na UMEI Delfim Moreira são apresentados na Tabela 20. Percebe-se, como na UMEI Timbiras, que existe diferença entre o total de declarações das famílias pela desistência das vagas e a quantidade de matrículas canceladas.

Tabela 20 - Levantamento dos motivos de desistência das vagas pelas famílias na UMEI Delfim Moreira em 2012

Motivos de desistência da vaga	Faixa etária/ Quantidade			Total
	3 /4 anos	4 /5 anos	5/6 anos	
Vaga UMEI próxima de sua casa	9	6	2	17
Mudança de endereço	2	2	1	5
Vai para outra escola (não declara se é pública)	4	8	1	13
Quer horário integral	0	1	1	2
Atendimento nos dois turnos				
Não conseguiu transporte escolar	2	0	0	2
Sem motivo	1	2	1	4
O horário não atende	0	0	1	1
Não se adaptou	1	0	0	1
Total	19	18	7	44

Fonte: Elaborada pela autora, 2013.

A Tabela 20, que traz os motivos de desistência de vagas na UMEI Delfim Moreira, apresenta algumas semelhanças em relação aos principais motivos das famílias para tal desistência.

A UMEI Delfim Moreira teve como principal motivo de cancelamento de matrículas, considerando-se o que consta na Tabela 20, a vaga ofertada por outra UMEI próxima de casa (38,6%). Em seguida, aparecem a ida da criança para outra escola e a mudança de endereço. Observa-se, também, que as famílias declararam a necessidade do atendimento no horário integral, perfazendo 4,5%. Esse dado apareceu também na UMEI Timbiras, com um percentual considerável. Por fim, a falta de transporte escolar como justificativa girou em torno de 4,5%.

Nas duas escolas, fica evidente a presença de três motivos principais para o cancelamento de matrículas: a oferta de vagas por UMEIs mais próximas às residências das famílias; a necessidade dessas por horários de tempo integral para as idades de 3 a 5 anos e a falta de transporte escolar.

Compreender os motivos pelos quais as famílias optaram pela oferta de atendimento em outras escolas em detrimento das vagas oferecidas nas duas UMEIs é importante. Mas também se faz necessário analisar os problemas e as consequências decorrentes da alta rotatividade das crianças nas duas escolas enfocadas nesta pesquisa. Dessa forma, além da aplicação do questionário, respondido por 18 educadores infantis, do total de 74 das duas instituições, realizei entrevistas com roteiro semiestruturado (APÊNDICE C). Foram realizadas quatro entrevistas e o Quadro 2 detalha o perfil dos profissionais envolvidos.

Quadro 02 - Perfil dos entrevistados UMEI Delfim Moreira e Timbiras

Escolas	UMEI Delfim Moreira		UMEI Timbiras	
Profissional/cargo	Coordenador pedagógico	Auxiliar de Secretaria	Coordenadores pedagógicos	Auxiliar de Secretaria
Tempo de serviço na função	25 anos de PBH e 3 anos na função	9 anos	A. 02 anos na função; B. 03 anos.	3 anos

Formação	Pedagogia e Mestrado em Educação	Letras	A. Pedagogia e pós-graduação em Gestão Escolar; B. Pedagogia, pós-graduação em Docência e Gestão do Ensino Superior.	Ensino Médio
Perfil	<p>Auxiliar de Secretaria Escolar: Ter o Ensino Médio, ser sigiloso e ético ao cuidar da documentação dos alunos e profissionais da escola e de todos os procedimentos da secretaria, buscar aprimoramento de seu desempenho.</p> <p>Coordenador Pedagógico: Ser capaz de desenvolver o trabalho conjuntamente com a Vice-Direção da UMEI, Gerências Regionais de Educação e instâncias da SMED, de acordo com as diretrizes da Secretaria.</p>			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A partir dos problemas vivenciados pelos gestores das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, no que respeita ao alto índice de abandono escolar apresentado por meio dos dados de matrículas das duas escolas, ficou evidenciado que o contexto da prática de implantação do Programa Primeira Escola apresenta-se como um problema, no aspecto referente à política de distribuição de vagas. Comprova-se, nessas duas escolas, que, em sua maioria, as alterações de matrículas das crianças acontecem devido à ida delas para outras unidades. Esse fator pode ser verificado tanto nas justificativas apresentadas pelas famílias, nas respostas dos professores nos questionários aplicados e nas entrevistas semiestruturadas aplicadas às coordenações pedagógicas e auxiliares de secretaria de ambas as escolas. Nas entrevistas semiestruturadas, esse aspecto aparece quando a auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira menciona o problema ocorrido entre as duas escolas:

A escola acaba conseguindo atender todo mundo, porque atende também crianças só de três a cinco anos. Só que o maior problema que eu vejo é a existência da UMEI (Timbiras), que atende crianças também dessa faixa etária, e o quê que acontece: muitas famílias acabam cancelando vaga aqui (Entrevista da auxiliar de secretaria UMEI Delfim Moreira, 2013).

A funcionária declara que, na escola em que trabalha, esse problema é discutido. Para ela, é como se as duas escolas competissem pelo público, como demonstrado em sua entrevista:

Eu fico perguntando o quê que eu posso fornecer de informação ou na qualidade do atendimento que poderia criar esse vínculo maior com a escola. Eu acredito que já que a gente não pode mudar essa política da Prefeitura, que é de oferecer a vaga de criar essa concorrência entre UMEIS, a UMEI Timbiras acaba virando uma concorrente [...] (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira, 2013).

Destaca a diferença do atendimento existente entre essas duas escolas:

[...] e aí eu acho que é uma discussão que há na escola: a UMEI Timbiras atende crianças também de zero a dois anos que aqui não atende. Ela já tem estrutura para atender essas crianças, e existe demanda para essas crianças. Tem muita gente na fila de espera aguardando. O maior problema que eu vejo é esse: por que não priorizar, mandar toda essa demanda de três a cinco anos para essa UMEI aqui, que tem condições de atender, e concentrar as demandas dos menores de dois anos na UMEI Timbiras. Ampliar o atendimento lá das crianças de zero a dois anos, e ampliar o atendimento aqui para crianças de três a cinco anos. Isso é um problema que eu vejo. Que eu acho que é o maior problema, por isso que gera toda essa coisa de cancela matrícula, você investe no aluno, dá material, dá uniforme, aí dois meses de frequência, muda o aluno. Aí cancela no diário. Eu acho que essa rotatividade atrapalha muito na rotina da escola (Entrevista da auxiliar de secretaria A da UMEI Delfim Moreira, 2013).

Observa-se que a auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira encontra problemas na implementação da política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola: a falta de planejamento para a criação e construção das UMEIs e também a falta de estudo do fluxo do atendimento referente às turmas das duas escolas, que concorrem pelo atendimento do mesmo público. No entanto, para ela, o programa tem uma avaliação satisfatória, mesmo que o problema de oferta de vagas ainda não tenha sido equacionado:

[...] Eu acho que a avaliação é positiva... Eu posso falar do ponto de vista da secretaria, administrativo. É lógico que ainda não é satisfatória, acredito que o maior problema é a pouca oferta de vagas pelo número de demanda pelo curso, mas se você for comparar com outros programas em outras cidades, eu acredito que essa avaliação, no geral, é positiva. Ainda tem muitos pontos a melhorar, mas é positiva (Entrevista da auxiliar de secretaria A da UMEI Delfim Moreira, 2013).

O problema da alta taxa de abandono das crianças apresentado pelos dados das UMEIs e dos instrumentos aplicados é decorrente da política, uma vez que é permitido às famílias que, durante o cronograma unificado de inscrição para as vagas da educação infantil, inscrevam seus filhos em quantas escolas desejarem. Muitas delas o fazem por vários motivos, mas um deles diz respeito ao turno em que a vaga foi oferecida.

O alto índice de abandono traz consequências administrativas e pedagógicas para as escolas. As consequências administrativas são de cunho organizacional da instituição como um todo: pessoal, estatístico e operacional. O pessoal traz a constante insegurança dos professores sobre o quadro da escola, pois, se a UMEI fecha turmas, conseqüentemente há professores excedentes em seu quadro, o que pode ocasionar o remanejamento para outra escola.

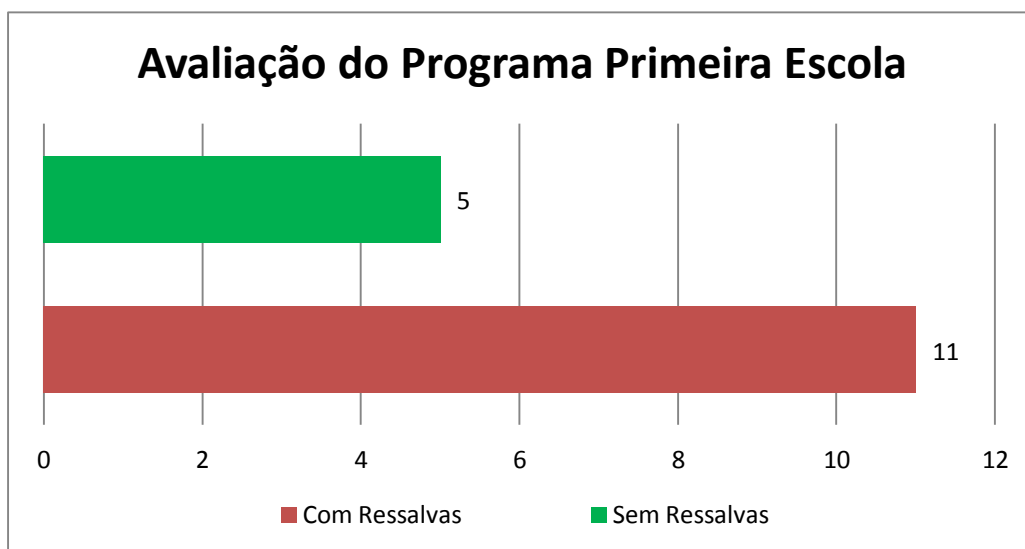
O estatístico e o operacional mostram que não é possível aferir diariamente, com exatidão, a quantidade de crianças atendidas, devido ao movimento constante de entrada e saída de crianças da instituição. Também se verifica que a manutenção e a atualização do Sistema de Gestão Escolar apresentam um desafio, exigindo que o gestor destine um tempo considerável de seu trabalho para seu monitoramento e acompanhamento, em detrimento da gestão pedagógica, a fim de acompanhar a alimentação dos dados do sistema. A auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira compreende que o fenômeno de cancelamentos constantes de matrícula traz um impacto em seu trabalho:

[...] o serviço é dobrado. Uma época em que eu poderia estar cuidando de outros serviços internos da escola, dando prioridade à organização da secretaria, melhorando alguma outra coisa da secretaria, eu gasto nesse atendimento de cancelar matrícula, matricular a criança, ver a situação dela no diário, começar todo esse processo de novo. Tem sempre esse movimento, de sai criança, entra criança, sai criança, entra criança [...] Então é um tempo que você está atendendo as famílias, está gastando com matrículas novas, diário, toda escrituração, todo o material que você tem que preparar, eu poderia estar gastando e melhorando o serviço da secretaria, e não em outras coisas. Outros serviços ficam acumulados por causa disso [...] (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira, 2013).

Finalmente, a consequência observada na dimensão pedagógica do trabalho da coordenação e dos professores está retratada na aplicação do questionário aos professores. Sobre o efeito do problema encontrado, notadamente 72,7% afirmaram que a rotatividade das crianças afetou o trabalho pedagógico, sendo que mais da metade desses identificaram uma intensidade maior dessa consequência. Esse grupo atribuiu como causa a oferta de vagas por outra escola, o que ocasiona o impedimento de acesso daqueles que necessitam dela, o mobiliário e as instalações das UMEIs, a falta de vagas para todos que procuram pelo atendimento.

O Gráfico 2, a seguir, apresenta o resultado do questionário aplicado à coordenação e aos professores, que tratou sobre a rotatividade das crianças nas turmas e suas consequências:

Gráfico 2 - Avaliação do Programa Primeira Escola



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Do universo de 42 professoras da UMEI Timbiras, 11 responderam ao instrumento. Do total de 29 professoras da UMEI Delfim Moreira, sete responderam. Como apresentado anteriormente, a aplicação do questionário foi realizada através de um recorte, sendo aplicado para as turmas que apresentaram uma rotatividade significativa de crianças, conforme os dados analisados.

Uma das questões abertas do questionário perguntava aos professores sobre como lidaram com essa situação na escola. Eles relataram os transtornos e dificuldades das crianças na adaptação, devido ao remanejamento para outra turma, requerendo uma readequação do trabalho, e apontaram a necessidade de desenvolvimento de outras estratégias nesse contexto.

Um deles mencionou que, para acolher os novatos, optou pela adequação da rotina da turma em vários momentos. Outro destacou que procurou a rodinha de conversa com as crianças como uma das estratégias desenvolvidas, ao mesmo tempo em que alterou o projeto da turma, que estava em andamento: “rodinhas diárias com as que ficaram com saudades dos colegas, retirei projetos de longa duração, modificando a prática pedagógica” (Professor A, Turma de 4 anos - UMEI Timbiras).

Ainda nas repostas abertas desse questionário sobre como os professores lidaram com a situação e as constantes mudanças de crianças da turma, outra professora da turma de 5 anos da UMEI Timbiras afirmou ter deixado as crianças novatas em contato com as demais, aproximando conhecimentos e interesses. Essa resposta nos leva a formular a hipótese de que as crianças de 5 anos dessa turma se encontravam em níveis de conhecimento bastante diferentes, uma vez que, para aquela turma original, uma proposta pedagógica foi executada com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades que foram alcançadas por

aqueles que permaneceram na turma. Diferentemente dos novatos, que não vivenciaram esse processo.

Outra questão abordada nesse instrumento refere-se às ações da gestão da escola sobre a rotatividade das crianças na escola e o efeito gerado no trabalho pedagógico. Do ponto de vista dos 16 professores, do total de 71 das duas escolas pesquisadas, a atuação dos gestores pretendeu desenvolver todas as ações que estavam ao seu alcance para minimizar os impactos dessa situação nas escolas. Essa conclusão somente foi possível, por meio do que foi apresentado pelos professores ao responderem sobre como a gestão da escola lidou com essa situação. A resposta de uma professora pode resumir as demais: “fazer o melhor para a garantia do trabalho pedagógico” (Professora B da UMEI Delfim Moreira).

Eles detalharam algumas das ações que as gestoras fizeram: conversas com as famílias para levantamento dos motivos de saída das crianças, atendimento das demandas das famílias, continuidade da realização das inscrições por vagas nas escolas, escuta das famílias na tentativa de se evitarem as transferências entre os turnos e o cancelamento de matrículas, distribuição das crianças nas demais turmas, de acordo com o seu perfil, divulgação de vagas, matrícula das crianças que estavam na lista de espera, reuniões com a comunidade escolar, readequação da proposta pedagógica das turmas.

Um dos pontos apresentados pelas coordenadoras, na implementação do Programa Primeira Escola no contexto da prática das escolas, diz respeito à estrutura de gestão das UMEIs:

O programa eu conheço porque eu trabalhava na educação infantil desde que o programa foi implantado, desde antes de o programa ser gestado. Os desafios da função eles começam pela estrutura do organograma da UMEI que não tem uma direção e uma vice-direção, que é uma escola vinculada a uma escola de ensino fundamental. Na prática, a gente vê que o lugar da coordenação se confunde com o lugar da vice-direção, porque como na prática a vice-diretora é a diretora, e a gente não tem mais outra pessoa. São duas pessoas, a vice-diretora e a coordenadora. O lugar da coordenação fica entre estes dois polos, a coordenação pedagógica e as suas demandas e as demandas que estão ligadas também aos aspectos dos gestores da escola. E que tem um impacto no final do pedagógico, porque acaba que tem uma parte do acompanhamento pedagógico que a gente sente falta de que esteja devidamente acompanhado e trabalhado (Entrevista da coordenadora pedagógica A, UMEI Delfim Moreira, 2013).

Percebo, ao analisar o relato da coordenação pedagógica da UMEI Delfim Moreira, que suas atribuições foram definidas de acordo com as da vice-direção, para que, na ausência dessa, a coordenação pedagógica responda por ela. Esse é um aspecto deficitário na criação da

UMEI, portanto, de implementação do Programa Primeira Escola, que pode ser observado na vinculação da UMEI a outra escola e também na definição das atribuições do coordenador pedagógico, nesta pesquisa (ANEXO E).

O aspecto da autonomia da escola foi abordado por essa mesma coordenadora, quando relata sobre a vinculação da UMEI a outra escola, além da carreira diferenciada do educador infantil:

[...] tem 10 anos de programa já precisávamos ter uma autonomia da gestão. Já é muito tempo para a gente ainda estar neste tipo de vinculação que está muito ligada às características pessoais de quem está nos lugares e não às diretrizes do programa. A questão do salário e da carreira do educador da educação infantil é uma dificuldade que a gente tem, porque os colegas trabalhando com uma carreira muito diferenciada (Entrevista da coordenadora pedagógica A da UMEI Delfim Moreira, 2013).

De acordo com Gadotti (1990), a autonomia está relacionada a uma concepção política e econômica, significando capacidade de decisão, de atuação, direção e a participação direta da comunidade escolar nos processos decisórios. Para ele, “escola pública autônoma tem maiores chances de garantir a qualidade de ensino do que uma escola obediente, submissa e burocratizada” (GADOTTI, 1990, p. 176.).

Concordando com essa definição, é necessário questionar: como a UMEI pode ter autonomia, em vista de sua vinculação administrativa e financeira a outra escola distante de sua realidade? Se, na perspectiva do referido autor, uma escola autônoma amplia suas chances para garantir a qualidade do ensino, podemos inferir que, nessa condição, a UMEI possui uma limitação para a oferta de qualidade de ensino e em sua gestão.

Na avaliação dessa profissional, o programa ainda não consegue garantir que as crianças mais pobres tenham acesso à educação infantil, apontando como um dos fatores a localização das UMEIs:

O fato de achar que as crianças mais pobres da cidade às vezes ainda não têm acesso. Ou porque teriam de se deslocar e a família não consegue, por causa da localização. Acho que a geografia da UMEI ela ainda é um problema que tem que ser resolvido, a distribuição das vagas (Entrevista com a coordenadora pedagógica A da UMEI Delfim Moreira, 2013).

Os critérios de distribuição de vagas são considerados como positivos, na medida em que o sorteio das vagas ocorre e as escolas o seguem rigorosamente.

Os critérios são claros, existe um cuidado, um zelo na análise de quem são

os detentores deste direito em primeiro lugar, no primeiro critério, no segundo critério e lista de espera. E mesmo as pessoas que ainda não entenderam isto sabem que na UMEI é diferente, que na UMEI você não consegue pelo jeitinho. E isto eu acho que é uma coisa muito bacana e que foi sendo construída com muita dificuldade, porque analisar isto, trabalhar com esta organização que é da distribuição das vagas do vulnerável e tal é muito difícil, envolve muitos setores e tudo. Mas o que eu acho mais bacana do programa é esta ideia de justiça com o cidadão (Entrevista com a coordenadora pedagógica A da UMEI Delfim Moreira, 2013).

Nessa declaração, percebo a contradição da coordenadora pedagógica e da auxiliar de secretaria, quando avaliam que os critérios de distribuição de vagas são justos e, ao mesmo tempo, não garantem a vaga para todas as crianças, inclusive as mais pobres. Essa contradição é real, na medida em que o município criou o Programa Primeira Escola e definiu os critérios de distribuição de vagas, provavelmente devido à falta de recursos para a oferta de vagas para todos, ou seja, em Belo Horizonte, a rede municipal de ensino, como não consegue atender a toda a demanda, definiu que 70% das vagas são destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade, conforme mostra o Quadro 3, abaixo:

Quadro 03 - Critérios para distribuição de vagas nas UMEIs

Percentual das Vagas	Público
70%	Crianças em situação de vulnerabilidade social inscritas nas UMEIs. Essas vagas são definidas pelo Núcleo Intersetorial Regional - NIR, composto por integrantes das Secretarias de Políticas Sociais, Saúde, Assistência e Educação. O NIR analisa as fichas de inscrições das famílias e, depois, as classifica pela vulnerabilidade.
10%	Sorteio público para as famílias que residem ou trabalham numa distância de até um quilômetro da UMEI.
20%	Sorteio público geral. São destinadas às que não se enquadraram nos critérios anteriores.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Segundo o Plano Nacional pela Primeira Infância 2011-2022, o Brasil oferece apenas a 17,1% o atendimento em creches, para as crianças de 0 a 3 anos, e a 77,6%, para as de 4 a 6 anos:

Há 20 milhões de crianças de até seis anos de idade, sendo 10,9 milhões do nascimento aos três anos e 9,1 milhões dos quatro aos seis anos. Dessas, tão somente 17,1% estão tendo oportunidade de acesso a algum tipo de atendimento educacional em creches (0 a 3 anos) e cerca de 77,6% na faixa de 4 a 6 anos (pré-escola). Considerando que nos ambientes de miséria – que afeta a cerca de 15% da população brasileira – e de pobreza, que atinge a 27% de pessoas – a proporção de crianças pequenas é maior do que nos ambientes socioeconômicos mais aquinhoados, e que, inversamente, é naqueles ambientes que o atendimento é mais precário, que as crianças têm

menos chance de frequentar uma creche e uma pré-escola, a exclusão no início da vida está causando uma sequência de exclusões que vão se agravando e consolidando ao longo dela (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2010, p. 42).

Os dados apresentados pelo Plano Nacional pela Primeira Infância de 2010 evidenciam a realidade do município de Belo Horizonte e os desafios para a garantia do direito à educação, sobretudo das crianças de 0 a 2 anos. Como mencionado anteriormente, o município definiu os critérios de distribuição de vagas pelo fato de não ter condições de ofertar o atendimento para todas as famílias que dele necessitam. De acordo com o último censo da cidade, de 2010 (Tabela 21), existiam 105.984 crianças de 0 a 3 anos e, de 4 a 6 anos, 82.582 crianças. É compreensível que um dos maiores desafios da Prefeitura seja a ampliação da educação infantil, sobremaneira para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Tabela 21 - População residente total, homens, mulheres e faixa etária por Região Administrativa, Belo Horizonte, em 2010

Região Administrativa	Pessoas residentes													
	0 anos		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos		5 anos		6 anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BARREIRO	3.628	13,5%	3.674	14%	3.693	13,9%	3.637	13,8%	3.780	13,9%	3.839	14%	3.791	13,6%
CENTRO-SUL	2.371	8,8%	2.342	8,9%	2.239	8,4%	2.217	8,4%	2.271	8,4%	2.266	8,2%	2.316	8,3%
LESTE	2.556	9,5%	2.455	9,3%	2.584	9,7%	2.598	9,9%	2.685	9,9%	2.626	9,5%	2.738	9,9%
NORDESTE	3.426	12,9%	3.290	12,5%	3.281	12,4%	3.269	12,4%	3.396	12,5%	3.494	12,7%	3.547	12,8%
NOROESTE	3.273	12,2%	3.183	12,2%	3.247	12,3%	3.355	12,7%	3.440	12,6%	3.489	12,6%	3.595	13%
NORTE	2.650	10%	2.634	10%	2.713	10,3%	2.672	10,1%	2.860	10,5%	2.961	10,7%	2.863	10,3%
OESTE	3.336	12,4%	3.232	12,3%	3.262	12,3%	3.300	12,5%	3.369	12,4%	3.298	12%	3.351	12%
PAMPULHA	2.210	8,2%	2.193	8,3%	2.106	7,9%	2.104	8%	2.133	7,8%	2.176	7,9%	2.122	7,6%
VENDA NOVA	3.358	12,5%	3.290	12,5%	3.396	12,8%	3.210	12,2%	3.268	12%	3.432	12,4%	3.476	12,5%
Total geral	26.808		26.293		26.521		26.362		27.202		27.581		27.799	

Fonte: IBGE - Censo 2010.

O número de matrículas, no entanto, é inexpressivo, mesmo se considerando a rede privada e pública, conforme os dados da Tabela 22.

Tabela 22 – Total de matrículas na educação infantil por nível e rede de ensino, Belo Horizonte, período 2000 a 2009

Nível e Rede de Ensino	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estadual	9.349	8.845	8.060	7.686	5.591	6.328	5.587	4.336	3.310	805
Municipal	4.818	5.493	6.167	8.466	5.692	11.774	12.396	13.728	15.096	16.968
Privada	45.800	49.769	54.771	58.255	45.347	54.781	49.561	41.070	45.701	49.135

Fonte: Censo Escolar (2000-2009) - SEE- /SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais.

Ainda a mesma coordenadora apresenta o problema que vive com relação à rotatividade das crianças na escola. Essa questão apareceu também na fala da auxiliar de secretaria dessa escola. A coordenadora relata que a escola precisou fechar uma turma de 4 anos, no ano de 2013, por determinação da Gerência Regional de Educação, devido ao início do atendimento à faixa etária de 2 anos, segundo ela, mesmo sem condições estruturais para tal:

[...] mas ao mesmo tempo a gente fechou uma turma de 4 anos porque não estava cheia. Na verdade, como estamos no centro da cidade de Belo Horizonte, temos uma demanda que é específica da nossa realidade. Eu não conheço todas as realidades, mas o que eu tenho conhecido nesta realidade aqui e que é diferente de quando eu trabalhava em escolas que tinha uma comunidade mais específica lá, no entorno, os moradores do entorno. Isso traz alguns dados que eu acho que tem que ser olhado pela especificidade. Primeiro, esta questão a gente teve ociosidade que nos fez fechar uma turma de 4 anos no meio do ano por orientação da gerência de educação, para abrir a de dois. Mas na verdade a gente teve de julho até agosto, até a segunda metade de agosto, uma procura na porta da escola por vagas que supriam que atenderiam estas crianças (Entrevista com a coordenadora pedagógica A, UMEI Delfim Moreira 2013).

Há evidências de que a política de distribuição de vagas na educação infantil da Rede Municipal de Belo Horizonte prioriza as matrículas das faixas etárias de 5 e 4 anos, de que não existe o critério do georreferenciamento para o processo de inscrição e de que as famílias podem inscrever suas crianças em quantas escolas desejarem. Esses aspectos da política podem ser observados nas declarações da coordenação pedagógica e da auxiliar de secretaria das escolas.

Mas acontece que como a gente tem muitas turmas de 3 anos no turno da manhã, muitas famílias desistem também por este fato. É um dos fatores. O fato de hoje, como critério de inscrição, a gente sabe que a justificativa do programa é que as famílias podem se inscrever em várias UMEIs. Porque o programa não atende por georreferenciamento e então nós não podemos

fazer igual ao cadastro escolar, não tem escola para todo mundo para as crianças serem encaminhadas como existe o caso da obrigatoriedade como no ensino fundamental. Com isso, a família tem a liberdade de procurar quantas UMEIs desejar. Então o que acontece conosco é que as famílias nos procuram e a gente trabalha com o fluxo de quais alunos renovaram matrícula, quais as turmas que a gente tem que obrigatoriamente ter para garantir a matrícula destas crianças para o ano que vem e com a demanda dos que se inscreveram para o processo público de matrícula. Nesta inscrição a prefeitura prioriza os mais velhos. E são os mais velhos que tem mais vagas espalhadas pela cidade (Entrevista cedida à autora, pela coordenadora pedagógica A, UMEI Delfim Moreira 2013).

No relato anterior, da coordenadora pedagógica da UMEI Delfim Moreira, fica evidenciado o problema que a gestão enfrenta em face do quantitativo de matrículas que a escola tem e que, posteriormente, é alterado, devido à saída das crianças. Segundo a coordenadora, esse problema é decorrente da política de distribuição de vagas, que possibilita que as famílias inscrevam-se em quantas UMEIs desejarem e a falta do georreferenciamento da educação infantil. Analiso que essa avaliação procede, uma vez que já foi constatado que, nas duas escolas pesquisadas, esse fato é recorrente.

Os critérios da política de distribuição de vagas são detalhados pelas auxiliares de secretaria das duas escolas:

Setenta por cento das vagas a prefeitura reserva para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. Então se reúne uma equipe da Prefeitura que tem assistente social, o pessoal do Bolsa Família, a equipe da saúde [...]. E aí que dados que eles coletam? São as informações que as famílias fornecem na ficha de inscrição, são informações de renda, quando que a família recebe, quantas pessoas trabalham, têm empregos fixos, as despesas básicas [...]. E aí eles analisam essas informações que as famílias dão e coletam dados no posto de saúde, se a família se consulta no centro de saúde [...]. Então eles conseguem coletar esses dados, se as crianças ficam doentes frequentemente, que tipo de doenças tem essa família, assistência social, se é uma família que tem acompanhamento de assistente social, conselho tutelar, o pessoal do Bolsa Família, se a família recebe algum benefício do governo (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira concedida à autora, em setembro de 2013).

Fica evidente que o processo de inscrição para as vagas na educação infantil em Belo Horizonte ocorre no 2º semestre. A profissional da UMEI Timbiras evidencia que, em sua opinião, a comprovação de renda deveria ser mais bem fiscalizada pelo NIR. O NIR considera o que a família declara no processo de inscrição. Ela ainda destaca que, após esse processo, a escola recebe demanda por vagas de famílias não inscritas nesse período e que não tiveram acesso às informações sobre as inscrições:

Nos meses de agosto e setembro, geralmente, dura em torno de um mês a quarenta dias, que as inscrições ficam abertas; cada UMEI estipula o seu horário de atendimento ao público, porque tem trabalho interno da escola, que tem que ser feito também no dia a dia, e as famílias vêm até a escola, fazem a sua inscrição com a documentação apresentada, que é exigida pela prefeitura, e essas fichas são analisadas por um grupo de pessoas, que é a (NIR), onde é analisada toda a vida da família: a questão da renda, a questão da moradia, se a criança, a família mora numa área de risco, se a criança corre algum tipo de risco [...] E as fichas vão para o posto de saúde; então assim, passa por vários setores da prefeitura, onde item a item é analisado para ver a questão da vulnerabilidade, do entorno, se a pessoa reside ou trabalha num raio de um quilômetro da UMEI. Então esse critério, eu acho que ele é justo, eu acho que é correto, o critério usado para avaliação das fichas, só que eu volto a insistir na questão da comprovação da renda. A gente sabe que a educação é um direito de todos, mas eu acho que podia ter mais um critério aí essa comprovação de documentos, uma comprovação de renda, não verbal, mas sim documentada. E estipular um valor até “x” de renda, a família poderia fazer inscrição. Não é? Mas a educação é um direito de todos, então está aberta a todos, independentemente da renda. Após essa inscrição é que as fichas vão ser analisadas. Mas é o que eu falei: no decorrer do ano, às vezes aquela pessoa que não teve condições, que não ficou sabendo desse processo, ela aparece logo depois, quando as vagas já estão todas ocupadas, e ela que realmente necessita, não consegue a vaga (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Timbiras concedida à autora, em setembro de 2013).

As realidades encontradas nas duas escolas têm aspectos bastante semelhantes quanto à demanda inicial de matrículas e ao atendimento realizado. As duas escolas relatam o problema de rotatividade das crianças durante o ano letivo. Para a auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira, a escola atende todas as crianças inscritas e como a UMEI próxima dela, a Timbiras, atende também a mesma faixa etária, além da faixa etária de 0 a 2 anos, poderia ser ofertado maior número de vagas para essa última faixa etária, considerando que há demanda maior para essa idade. Para ela, resolveria o problema dos cancelamentos de matrículas, enfrentado pela UMEI Delfim Moreira:

A escola é bem diferente do que a gente encontra em outros bairros. Pelo menos até agora a escola tem conseguido atender todo mundo que procura a escola. Só que crianças menores de três anos, por exemplo, é outro tipo de procura, aí já teria mais dificuldade em atender todo mundo. Essa escola especificamente é mais difícil atender, porque assim, a maioria das pessoas são pessoas que trabalham e não moram aqui na região. Então o que acontece: as crianças muitas delas não ficam porque as mães ficam mais interessadas nas escolas perto de casa. Tem isso. A escola acaba conseguindo atender todo mundo, porque atende também crianças só de três a cinco anos. Só que o maior problema que eu vejo é a existência da UMEI (Timbiras), que atende crianças também dessa faixa etária, e o que acontece: muitas famílias acabam cancelando vaga aqui porque a UMEI (Timbiras) é mais bonita, por achar que a escola é mais bonita, eles acham que o atendimento

também é melhor, e transferem crianças para lá. E aí eu acho que é uma discussão que há na escola: a UMEI Timbiras atende crianças também de zero a dois anos que aqui não atende. Ela já tem estrutura para atender essas crianças, e existe demanda para essas crianças. Tem muita gente na fila de espera aguardando. O maior problema que eu vejo é esse: por que não priorizar, mandar toda essa demanda de três a cinco anos para essa UMEI aqui, que tem condições de atender, e concentrar as demandas dos menores de dois anos na UMEI Timbiras. Ampliar o atendimento lá das crianças de zero a dois anos, e ampliar o atendimento aqui para crianças de três a cinco anos. Isso é um problema que eu vejo. Que eu acho que é o maior problema, por isso que gera toda essa coisa de cancela matrícula, você investe no aluno, dá material, dá uniforme, aí dois meses de frequência, muda o aluno (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira concedida à autora, em setembro, de 2013).

Como mencionado anteriormente, existem limitações deste estudo para tratar de abandono/evasão escolar na educação infantil, por meio de um pressuposto teórico. Portanto, para que pudesse compreender melhor esse fenômeno que as duas escolas evidenciam, recorri à pesquisa realizada por Neri (2009), que traz algumas análises sobre os motivos pelos quais crianças e adolescentes (até 17 anos) não estão na escola. O autor apresenta alguns dados da educação infantil sobre os motivos da evasão escolar:

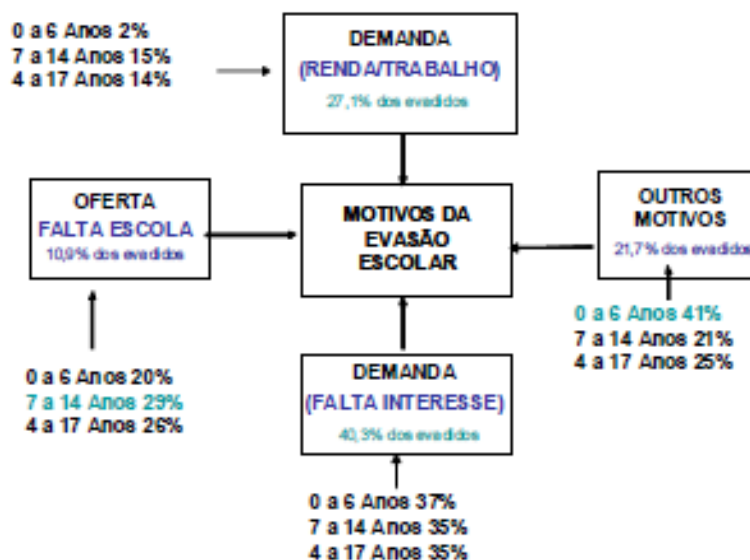


Figura 1 - Motivos da Evasão: 15 a 17 versus outras faixas etárias

Fonte: NERI, 2009.

Segundo Neri (2009), entre os motivos apresentados para a evasão na educação infantil estão: demanda, renda e trabalho (2%), em relação à oferta, ou seja, a falta de escola (20%) seguida de falta de interesse pela oferta (37%) e outros motivos não detalhados pelo autor (41%). Diferentemente da faixa etária de 15 aos 17 anos, em que são mais bem

detalhados esses aspectos.

Estabelecendo uma relação com os motivos apresentados pelas famílias às escolas pesquisadas, os motivos estão relacionados à oferta de vaga, sendo que, na UMEI Timbiras, esse percentual sobe para 70,5%, se consideramos como motivos a existência de vaga em outra UMEI mais próxima da residência da criança, a ida da criança para outra escola próxima de casa e o horário que não atendeu às necessidades da família. Quanto às vagas ofertadas na UMEI Delfim Moreira, vimos que os principais motivos foram: vaga em outra UMEI próxima da casa da criança, a ida da criança para outra escola e a mudança de endereço da família.

Observamos, também, as necessidades das famílias de atendimento no horário integral nas escolas. Finalmente, aparece a falta de transporte escolar, ficando em torno de 12,5%, em ambas as escolas. Assim, concluo que todas essas justificativas podem ser relacionadas ao que Neri (2009) considera como falta de escola próxima às residências das famílias e a outros motivos correlacionados ao atendimento ofertado.

O trabalho pedagógico e administrativo pode sofrer prejuízo em decorrência da rotatividade das crianças na UMEI Delfim Moreira. É apontada como uma das causas a existência de outra escola próxima:

Aí cancela no diário. Eu acho que essa rotatividade atrapalha muito na rotina da escola. Porque não tem um mês que uma certa altura do ano você fala “não, encerramos as matrículas, as professoras vão poder (costurar) o trabalho direitinho contando com esses alunos”, não existe essa época. Está sempre em rotatividade principalmente por causa disso, do atendimento da Timbiras, porque é uma escola que está no Centro, é mais para quem trabalha na região, não tem tanta gente que mora aqui, e aí gera essa rotatividade e atrapalha na rotina da escola (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira concedida à autora, em setembro, de 2013).

No entanto, na UMEI Timbiras, há, também, o problema de constantes cancelamentos de matrícula das crianças, desde o início do ano. Nessa escola, na faixa etária de 0 a 1 ano, ou seja, no berçário, existe a desistência da vaga. Observa-se que a UMEI Timbiras enfrenta o mesmo problema da UMEI Delfim Moreira em relação à rotatividade das crianças na escola. Esse aspecto, em minha opinião, também se relaciona ao que Neri (2009) aponta como motivo de evasão - a oferta de vagas. No trecho da entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Timbiras, é possível perceber que esse fato acontece desde o berçário até as demais idades, algo também comprovado nos números de crianças atendidas do início ao final do ano letivo de 2012.

Mesmo porque no princípio mesmo, no início do ano letivo, a gente fica naquela expectativa de que ainda vai aparecer, porque o ano está começando agora, então a criança ainda vem, e realmente às vezes acontece de ter só um período mesmo que as famílias às vezes prolongam as suas férias, e como está no início, aí dão um tempinho para estar trazendo a criança, então não é bem assim no princípio que acontece essa desistência. Mas ao longo do ano vai acontecendo. E às vezes as crianças menores, às vezes até do berçário, a família se inscreve, é contemplada com a vaga, mas às vezes desiste, porque pensou melhor, porque a família, parentes mais próximos aconselharam os pais a não trazer a criança, porque está muito novinha ainda, para dar um tempo. Então isso às vezes acontece. A gente às vezes passa por essa questão também na escola (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Timbiras concedida à autora, 2013).

Além dos aspectos relacionados à política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola, também existe fragilidade no processo de inscrição para as vagas na educação infantil, devido aos critérios estabelecidos não atenderem àquelas famílias que neles não se encaixam, conforme o relato abaixo:

[...] além da ampliação do atendimento, que óbvio, eu acho que a prefeitura não consegue abranger algumas famílias que teriam muita necessidade de ter a vaga, e que pelos critérios da prefeitura, não entrariam nos 70% da vulnerabilidade. São famílias que recebem um pouco mais, não têm direito à Bolsa Família, outras coisas, mas se você for analisar a situação da família, sem tirar socioeconômico, mas em questão de quantas pessoas moram na casa, a mãe trabalha o dia inteiro, não tem quem fique; pela renda dela não recebe Bolsa Família, não tem prioridade, mas não pode bancar uma babá, e nem uma escola particular. E a prefeitura não consegue identificar essas famílias pelos critérios que exigem da vulnerabilidade (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Delfim Moreira concedida à autora, 2013).

Outro aspecto que evidencia a fragilidade do processo de inscrição refere-se à dificuldade do NIR de avaliação das famílias inscritas para a definição daquelas que realmente têm maior necessidade de atendimento:

[...] sobre o critério da distribuição de vagas eu acho que ele poderia ser mais criterioso, deveria ser a meu ver. Deveria ser estipulado um valor de renda familiar para que a pessoa pudesse participar deste sorteio. Acho que deveria ser mais criterioso realmente para que estipulasse um valor. Até um valor x, a família que ganhasse até determinada renda pudesse então estar fazendo a inscrição para participar do sorteio. Acho que assim as famílias que realmente são mais necessitadas seriam mais atendidas (Entrevista da auxiliar de secretaria da UMEI Timbiras concedida à autora, 2013).

Neste capítulo, analisamos os entraves proporcionados pela política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola, por meio da discussão teórica referente ao ciclo de

políticas em seus contextos de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados ou efeitos e da estratégia política, utilizando Mainardes (2006) como base teórica. Discuti os conceitos de evasão e abandono, para caracterizar o problema de rotatividade vivenciado pelas duas escolas pesquisadas. Finalmente, fiz análise das entrevistas, dos questionários aplicados e das justificativas dadas pelas famílias para a retirada das crianças das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras.

Percebi que um dos problemas que a gestão vive é decorrente da rotatividade das crianças, que tem impactos na prática pedagógica e nos processos administrativos das escolas pesquisadas. Durante todo o ano, as escolas convivem com a situação de cancelamento e realização de matrículas novas até o mês definido pela SMED para início do processo de inscrição para novas vagas do ano seguinte.

As famílias podem se inscrever em quantas UMEIs desejarem e não existe georreferenciamento na educação infantil. Os motivos apresentados pelas famílias para o cancelamento da matrícula estão relacionados à oferta de atendimento; os critérios de distribuição de vagas não conseguem atender ao perfil de todas as famílias que se inscrevem, principalmente daquelas que não se encontram em situação de vulnerabilidade social. Caso houvesse um cadastro único e as escolas tivessem acesso a esse cadastro, seria possível que as instituições de ensino verificassem em quantas escolas as famílias cadastraram suas crianças.

Para contribuir na diminuição dos impactos causados por essa situação, apresento, no próximo capítulo, um Projeto de Intervenção contendo uma proposição com as possíveis soluções, as principais dificuldades, os recursos necessários à sua implementação, dentre demais aspectos.

3 PROJETO ESTRATÉGICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS DO PROGRAMA PRIMEIRA ESCOLA EM BELO HORIZONTE NAS UMEIS DELFIM MOREIRA E TIMBIRAS

No primeiro capítulo, foi apresentado o Programa Primeira Escola de Belo Horizonte e os desafios da política de distribuição de vagas nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras. Os avanços e desafios da trajetória da educação infantil foram expostos, a partir das legislações vigentes. Considerando esse contexto, mediante um novo processo de expansão dessa primeira etapa da Educação Básica, a criação do Programa Primeira Escola e das UMEIs foi descrita ainda nesse capítulo. O cenário do atendimento antes e após a criação de tal programa foi apresentado.

Percebemos o avanço por meio da constatação do aumento de matrículas em função da criação do PPE e das UMEIs, ações estratégicas de governo para a ampliação da oferta de atendimento. As escolas, objetos desta pesquisa, foram devidamente caracterizadas e os atendimentos analisados. A conclusão é a de que elas têm que conviver com a alta rotatividade das crianças e, para entender essa rotatividade, foi necessário recorrer a alguns pressupostos teóricos.

No segundo capítulo, a partir do problema detectado sobre a rotatividade das crianças nas duas UMEIs, destaquei os desafios de gestão que as escolas vivenciam e, assim, apresentei pressuposto teórico baseado na discussão referente ao ciclo de políticas em seus contextos de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados ou efeitos e da estratégia política.

Por conseguinte, discuti os conceitos de evasão e abandono, para caracterizar o problema de rotatividade vivenciado pelas duas escolas pesquisadas. Detectei a inexistência de estudos sobre essa questão, no que se refere à educação infantil. Finalmente, realizei análise das entrevistas, dos questionários aplicados e das justificativas dadas pelas famílias para a retirada das crianças das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, e verifiquei que o problema da rotatividade interfere na prática pedagógica em sala de aula, na rotina e em todos os processos administrativos das escolas.

O capítulo 3 se apresenta como um Plano de Ação e tem caráter propositivo, sendo um projeto de intervenção com foco na implementação da política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola em Belo Horizonte, nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras. Também contempla ações de estudo de fluxo entre essas duas escolas e a GERED/CS e a proposição de alteração da quantidade de turmas por faixa etária nas escolas pesquisadas, uma

vez que ambas enfrentam problemas semelhantes.

O projeto pretende, ainda, fortalecer a parceria entre os gestores escolares e a Secretaria Municipal de Educação, principalmente os da GERED/CS, por considerar que todos trabalham para a garantia da qualidade da educação infantil do município de Belo Horizonte.

3.1 Justificativa do projeto de intervenção

O projeto, de nível municipal, apresentado nesta dissertação objetiva indicar subsídios aos gestores da SMED e das escolas, para que haja um menor impacto no cotidiano dessas escolas advindo do problema da rotatividade das crianças, além do fortalecimento da parceria entre esses gestores. Partindo da análise de como a implementação da política é realizada pelos profissionais que atuam no ambiente escolar e da identificação de seus efeitos, a partir da atuação dos atores envolvidos, as dificuldades evidenciadas na implementação da política de distribuição de vagas subsidiam a proposta deste projeto.

Ao focar na realidade das escolas e nos desafios enfrentados pelos gestores escolares na implementação da política de distribuição de vagas, evidenciou-se que essas instituições sofrem um impacto na prática pedagógica e administrativa, diante da mudança no quadro de crianças atendidas ao longo do ano letivo. Essas mudanças acontecem devido aos cancelamentos e à realização de novas matrículas pelas famílias, que declararam, num percentual considerável, sua opção por outra oferta de vaga em uma UMEI ou outra escola próxima de sua residência.

A política permite que a mesma família se inscreva - durante um período de inscrição que é o mesmo para toda a cidade - em quantas escolas municipais de educação infantil desejar. As vagas são definidas mediante os critérios estabelecidos: 70% das vagas destinam-se às crianças em situação de vulnerabilidade social inscritas nas UMEIs; 10% vão para sorteio público para as famílias que residem ou trabalham numa distância de até um quilômetro da UMEI e 20% se destinam a sorteio público geral, para as crianças que não se enquadraram nos critérios anteriores. Todas as crianças inscritas são classificadas, de acordo com a ordem em que foram sorteadas.

Conforme as vagas disponíveis para cada faixa etária, pode haver lista de espera. A escola faz a matrícula das crianças considerando essa lista do sorteio e, quando surge a vaga, mediante a desistência daqueles que já tinham sido contemplados no sorteio, a escola oferece essa vaga para os alunos da lista de espera.

Como vimos, a UMEI Timbiras teve uma demanda maior por vaga na faixa etária de 0 a 2 anos, que não foi possível ser eliminada. Para as idades de 3 a 5 anos, as duas UMEIs conseguiram oferecer vagas para todos os que aguardavam e, ao longo do ano, ainda houve desistências, em vista do cancelamento de matrículas.

Conforme o cronograma estabelecido pela SMED relativo à inscrição para o ano seguinte, há a definição do mês em que se iniciam as inscrições, a data de finalização de novas matrículas para que, posteriormente, se faça o estudo de fluxo das turmas.

Observa-se que, entre o período de inscrição e a realização das matrículas para os que foram contemplados no sorteio e os primeiros meses de funcionamento da escola no ano seguinte, as UMEIs pesquisadas sofreram uma mudança significativa em relação ao número de crianças matriculadas. Também foi observado que as duas escolas estão muito próximas territorialmente e que a UMEI Timbiras obteve autorização para a abertura de 01 turma de 3 anos, ao mesmo tempo em que, na UMEI Delfim Moreira, se dispunha de vagas para essa faixa etária. Soma-se a esse quadro o fato dessa última UMEI conviver com a perda de muitas crianças dessa faixa etária.

Os resultados da entrevista semiestruturada aplicada aos auxiliares de secretaria e à coordenação pedagógica ainda apontaram que a UMEI vive um problema de falta de autonomia, pelo fato de estar vinculada a outra escola e de sua direção ser do que denominam “escola núcleo”.

Há uma diferenciação de estrutura organizacional entre as EMEIs, UMEIs e escolas de Ensino Fundamental com turmas de educação infantil. As EMEIs contam com a mesma estrutura das escolas de Ensino Fundamental, ou seja, elas têm direção, vice-direção, secretário escolar, auxiliar de secretaria, bibliotecário, professores, coordenadores e profissionais contratados diretamente pela Caixa Escolar, entre outros. Já as UMEIs, devido à sua vinculação a determinada escola, possuem apenas o vice-diretor, a coordenação pedagógica, auxiliar de secretaria, os professores e os servidores contratados pela Caixa Escolar.

Outros aspectos apontados referem-se aos impactos na prática pedagógica da escola e nos processos administrativos causados pela rotatividade das crianças nas escolas, os quais apareceram também no questionário a que os professores responderam. Fica evidenciado nas declarações dos coordenadores pedagógicos que, na ausência do vice-diretor, os próprios coordenadores assumem efetivamente essa função.

Outra perspectiva também importante apontou para a fragilidade no processo de inscrição, quando o Núcleo Intersetorial Regional (NIR) faz análise das fichas com base

somente nas declarações das famílias, sem nenhum mecanismo de aferição dos dados. O que ocorre é que o NIR busca, por meio do banco de dados dos programas sociais da PBH, as informações daqueles que declararam participar principalmente do Programa Bolsa Família e Bolsa Escola, além dos demais programas sociais do município e do governo federal.

Assim, de posse de todas essas constatações, o projeto estratégico de implementação da política de distribuição de vagas limita-se à busca de alternativas para os gestores da SMED e das UMEIs em relação à questão da alta taxa de abandono das crianças nas escolas. Apresento, a seguir, a estrutura do projeto.

3.2 Estrutura do projeto

O projeto pretende apresentar propostas aos gestores da SMED e das UMEIs para a diminuição do impacto relativo à rotatividade das crianças nas escolas, além do fortalecimento da parceria entre os gestores escolares e SMED, principalmente os da GERED/CS.

Apresento as possíveis soluções para vencer essas dificuldades, a partir de embasamento legal. Estruturado em ações que envolvem a gestão das escolas, auxiliares de secretaria, coordenação pedagógica, Gerência Regional de Educação/Centro-Sul e Gerência e Coordenação de Educação Infantil, o plano de ação do projeto em questão tem como foco as análises realizadas e considera os principais pontos acerca da implementação do Programa Primeira Escola, no que se refere à implementação dos critérios da política de distribuição de vagas nas duas escolas envolvidas. Mediante os principais referenciais teóricos e as observações realizadas em campo, é possível identificar algumas possibilidades e limites deste projeto de intervenção.

A seguir, detalharei qual a contribuição e a responsabilidade de cada instância, ou seja, de cada ator, as mudanças necessárias em cada UMEI para seu sucesso, as possíveis dificuldades de implementação relacionadas às questões econômicas e as etapas necessárias para que sua implementação aconteça. Para cada ação existem metas de intervenção, cujos objetivos estão relacionados.

3.2.1 O papel dos principais atores

Os atores principais para a implementação do projeto de intervenção são: os dois vice-diretores, as duas coordenadoras pedagógicas, dois auxiliares de secretaria das UMEIs Delfim

Moreira e Timbiras, as duas acompanhantes das escolas, a Gerente de Educação e Gerente Pedagógica da Gerência Regional de Educação Centro-Sul, a Gerente da Gerência e Coordenação de Educação Infantil e a pesquisadora. A seguir, são detalhados o papel de cada um deles neste projeto, as ações e os objetivos.

Quadro 04 - Papel dos atores no Projeto Estratégico de implementação da política de distribuição de vagas nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras

(continua)

Ator	Ação	Período	Objetivos
Pesquisadora	Apresentação do Projeto de Intervenção à GERED e SMED.	Março de 2014	Executar o projeto.
	Coordenação de todo o processo de implementação do projeto.	Março a dezembro de 2014	
Vice-Direção das UMEIs Coordenação Pedagógica e Auxiliares de Secretaria	Participação em todas as ações do Projeto.	Março a dezembro de 2014	Promover as condições necessárias para sua realização.
	Disponibilização das informações necessárias para a realização de todas as ações.		

(conclusão)

Ator	Ação	Período	Objetivos
Gerente de Educação, Gerente Pedagógica e acompanhantes da Gerência Regional de Educação Centro-Sul	Receber a pesquisadora e autorizar a execução do projeto.	Março de 2014	Possibilitar as condições necessárias à execução do projeto.
	Acompanhar toda sua realização.	Março a dezembro de 2014	
	Promoção do encontro entre a pesquisadora, as escolas e GECEDI.	Abril de 2014	
Gerente da Gerência e Coordenação de Educação Infantil-SMED	Autorização da execução do projeto, juntamente com a GERED/CS.	Março de 2014	Analisar e aprovar, juntamente com a GERED/CS, a execução do projeto.
	Promoção da divulgação dos resultados do projeto.	Novembro a dezembro de 2014	
	Promoção das ações do projeto.		

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Como pode ser verificado no quadro acima, cada ator tem um papel fundamental na execução deste projeto de intervenção. Considerando o organograma da SMED, a Gerência Regional de Educação é responsável pela implementação de todas as diretrizes político-pedagógicas da educação nas administrações regionais, conforme o que determina o art. 35 do

Decreto n. 10.496, de 13 de fevereiro de 2001

I - orientar, supervisionar e coordenar, segundo política e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, o funcionamento das escolas municipais, a execução de programas, a aplicação de métodos e processos e a condução de atividades, com vistas a aprimorar a qualidade e produtividade do ensino;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com a distribuição, lotação e desempenho do pessoal docente e administrativo das escolas.

A Gerência de Coordenação da Educação Infantil (GECEDI) tem como principais atribuições definidas no Guia da SMED:

- Definir e coordenar as atividades das equipes regionais de Educação Infantil; - Planejar e coordenar a implementação da política pedagógica para a Educação Infantil;

- Responsabilizar-se pela seleção dos profissionais que atuam nas equipes regionais de Educação Infantil; - Participar da definição e implementação da política de convênios com instituições de Educação Infantil;

- Realizar ações para viabilizar o projeto sustentador de ampliação da Educação Infantil no município (BELO HORIZONTE, 2011, p. 46).

Finalmente, os atores das escolas têm um papel também relevante neste projeto, pois, por intermédio deles, as ações serão realizadas nas respectivas instituições escolares. Ao retomarmos a análise do ciclo de política na perspectiva de Mainardes (2006), percebemos que todos esses atores atuam de forma diferenciada no contexto da prática do Programa Primeira Escola. Reconhecendo as situações vividas pelos gestores das UMEIs relativamente à implementação da política de distribuição de vagas do PPE, detalhei, a seguir, as ações do projeto de intervenção proposto.

3.3 Plano de ação: detalhamento e as condições do projeto de intervenção

As ações propostas estão organizadas na sequência de execução e, é claro, apresentam dependência entre si. São sugeridas ações a serem realizadas entre os principais atores pela implementação do PPE, da política de distribuição de vagas da educação infantil em Belo Horizonte.

3.3.1 As ações do projeto

As ações propostas serão realizadas no período vigente e estão organizadas em meses, tendo duração de um ano, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 05 - Detalhamento do plano de ação – Projeto Estratégico

(continua)

Ação	Período	Responsáveis
Apresentar os resultados da pesquisa e o projeto de intervenção, no contexto do Programa Primeira Escola.	Março de 2014	A pesquisadora
Realizar o estudo de fluxo das duas escolas conjuntamente na GERED/CS.	Abril a junho de 2014	Pesquisadora, GERED CS e escolas
Propor a mudança do quadro de atendimento das crianças, de forma diferenciada nas duas escolas – UMEI Timbiras (aumento de turmas de 0 a 3 anos) e Delfim Moreira (3 a 5 anos).	Junho e julho de 2014	Pesquisadora, GERED CS e escolas

(conclusão)

Ação	Período	Responsáveis
Criar um banco de dados entre as duas escolas.	Abril de 2014	SMED, GERED/CS e escolas
Criar o processo de inscrição para preenchimento de vagas, através da Internet.	Mai de 2014	SMED, PRODABEL GERED/CS e escolas
Verificar o mecanismo de controle de frequência utilizado pelas escolas e propor uma padronização.	Março a abril de 2014	Pesquisadora, GERED CS e escolas
Propor a alteração no cronograma de matrículas – antecipar para agosto (para o ano de 2015) projeto-piloto nas duas escolas.	Julho de 2014	Pesquisadora e escolas
Realizar um estudo sobre o perfil das famílias que procuram vagas nas duas escolas.	Agosto e setembro de 2014	Pesquisadora e escolas
Propor mudança nos critérios de preenchimento de vagas para 2015 - as famílias se inscreverão nas escolas, de acordo com o local de sua residência. Georreferenciamento da educação infantil.	Outubro e novembro de 2014	Pesquisadora e escolas
Avaliação do Projeto de Intervenção.	Dezembro de 2014	Pesquisadora, SMED, GERED/CS e escolas

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

3.3.2 *O passo a passo das ações*

3.3.2.1 Os primeiros passos

A retomada desta pesquisa a ser apresentada para a SMED, a Gerência Regional de Educação e as escolas configura-se como o primeiro passo essencial ao desenvolvimento do Projeto de Intervenção. No contexto da implementação do Programa Primeira Escola (PPE) e no âmbito da política de distribuição de vagas da educação infantil de Belo Horizonte, a informação e a formação dos principais atores envolvidos nesse processo de desenvolvimento do projeto são fundamentais.

Propõe-se reunião informativa e formativa com todos os atores, para apresentação da pesquisa e do projeto de intervenção construídos. Essa reunião terá como objetivo a apresentação, com detalhamento, do PPE, a política de distribuição de vagas, a caracterização das escolas pesquisadas e os resultados encontrados. Em seguida, o projeto de intervenção. Ressalta-se que, durante a realização da pesquisa de campo (aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturadas), observou-se que existe uma falta de informação atualizada sobre o PPE e a política municipal de educação infantil por parte dos gestores das escolas, coordenação pedagógica, auxiliares de secretaria. Sendo assim, a reunião proposta tem esse caráter formativo e informativo.

O instrumento de pesquisa aplicado continha questões relativas ao PPE e as respostas mostraram os impactos administrativos e pedagógicos em decorrência da alta taxa de mudança das crianças nas escolas estudadas, problema que acontece devido à implementação da política, ou seja, a política de distribuição de vagas permite às famílias, durante o cronograma unificado de inscrição para as vagas da educação infantil, inscreverem seus filhos em quantas escolas desejarem, além dos outros aspectos que foram observados durante a coleta de dados.

O contexto da prática de implementação do Programa Primeira Escola diante da problemática vivenciada pelos atores requer que os gestores busquem alternativas e estratégias para a recriação dessa política, que precisa sofrer alterações para melhor adequação às realidades.

Será preciso, assim, nessa reunião, o convencimento dos atores envolvidos de que todas as ações deste projeto são fundamentais, além do envolvimento e comprometimento de cada um deles. Porém, reconhecendo a parceria constituída, o plano de ação pode sofrer alterações, visando ao seu aprimoramento nos aspectos que podem ser sugeridos pelos

envolvidos. O cronograma de desenvolvimento de cada ação considerará a disponibilidade dos atores.

Depois da mobilização e sensibilização de todos os atores, da construção do consenso dos prazos e datas para as ações, apresento os principais pontos que precisam de cuidado e atenção no desenvolvimento deste projeto de intervenção, para que ele seja uma experiência bem sucedida. Um dos aspectos a ser avaliado e discutido nas próximas seções refere-se à importância da estreita parceria que deve ser estabelecida entre a GERED, a GECEDI e as escolas.

3.3.2.2 A responsabilização dos atores envolvidos - construindo e fortalecendo parcerias

As escolas pesquisadas por si só não conseguem realizar o projeto em questão, dada a estrutura de funcionamento da SMED e dadas, também, as atribuições de cada instância na implementação do Programa Primeira Escola e, conseqüentemente, da política de distribuição de vagas. As escolas participam do seu estudo de fluxo do ano seguinte, para a definição das vagas que serão destinadas ao processo de preenchimento e sorteio. No entanto, cabe à GERED e à GECEDI qualquer definição diferenciada que esteja fora das orientações para todas as escolas da rede municipal. Sendo assim, a ação prevê alteração na mudança do quadro de atendimento das duas escolas, de forma a equacionar a problemática de vagas ociosas nas duas instituições, a proposição de alteração no cronograma de matrículas - antecipar para agosto (para o ano de 2015), a proposta de mudança nos critérios de preenchimento de vagas para 2015 - as famílias se inscreverão nas escolas, de acordo com local de sua residência.

O georreferenciamento da educação infantil dependerá da parceria entre essas instâncias e pode ser sugerido como um projeto-piloto nas duas escolas. Isso porque essa ação presume alteração da política: atualmente as famílias, em toda a cidade, podem se inscrever em quantas UMEIs desejarem. A ação de se construir um banco de dados entre as duas escolas e da realização das inscrições para preenchimento de vagas através da Internet dependerá de recursos financeiros ainda a serem calculados. No entanto, como na PBH existe a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A (Prodabel), essa ação tem viabilidade técnica para ser operacionalizada. A política municipal de educação infantil em Belo Horizonte é desenvolvida de forma setorial. Vimos, anteriormente, que existe o Núcleo Intersetorial Regional (NIR), composto pela Educação, Saúde e Assistência Social. No âmbito do núcleo central de governo, essa intersectorialidade também acontece devido ao programa

sustentador do Programa Primeira Escola: expansão da educação infantil. Então, como essa intersectorialidade faz parte da decisão política de governo, isso evidencia que a parceria na execução deste plano de ação seja pertinente.

Essa premissa de gestão na Prefeitura de Belo Horizonte, a meu ver, relaciona-se ao desafio colocado para as administrações públicas, da necessidade de mudanças e avanços em relação a uma administração gerencial que considere as pessoas como cidadãos e que se baseie na concepção de uma administração pública voltada para *accountability* e equidade na prestação de serviços públicos. Ou seja, atualmente, cabe à administração pública não apenas oferecer os serviços públicos. Segundo Campos (1990), *accountability* implica que a administração pública assuma sua responsabilidade objetiva ou sua obrigação de responder a algo. O autor ainda afirma:

[...] a *accountability* começou a ser entendida como questão de democracia. Quanto mais o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*. E a *accountability* governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade (CAMPOS, 1990, p. 33).

Na perspectiva apontada por esse autor, é que se pretende que as parcerias sejam desenvolvidas e os atores corresponsabilizados pelas ações do projeto de intervenção. Ou seja, entendendo que as ações propostas são públicas e que possuem o objetivo claro de congregar os atores principais para que a política alcance sua eficiência e eficácia mediante o problema vivido pelas escolas: ociosidade de vagas e melhor otimização dos recursos públicos mediante a prestação de serviços. O melhor caminho de desenvolvimento dessas ações é a *accountability*.

Os recursos a serem utilizados na implementação do Projeto Estratégico para a implementação da política de distribuição de vagas do Programa Primeira Escola em Belo Horizonte nas UMEIs Delfim Moreira e Timbiras serão alocados da própria SMED, por meio dos recursos disponibilizados no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) na área da Educação, que prevê a execução da política de formação dos profissionais da educação, para a seguinte ação: formular e executar a política de formação dos profissionais da educação. Outra forma, também, de disponibilidade de recursos pode ser originária do Programa de Expansão da Educação Infantil, do próprio PPAG, que prevê: ampliar o número de vagas para o atendimento a crianças de zero a seis anos na Rede Municipal de Educação. É importante destacar que as ações serão realizadas no próprio local de serviço, dentro do horário de trabalho.

Pretende-se utilizar como mecanismos de publicação/divulgação deste projeto, para que ocorra uma aproximação com o público-alvo: a reunião formativa e informativa, a distribuição de folhetos contendo informações relevantes, a divulgação dos dados através da apresentação à GERED, SMED e escolas.

3.4 Monitoramento e avaliação

O projeto será apresentado à GERED e à SMED, no início de 2014, e seu monitoramento será feito por meio da execução do cronograma das ações propostas. Logo em seguida, será feita a apresentação, além de para as instâncias citadas, também para as escolas.

A avaliação será realizada durante a execução das ações propostas e resultados alcançados e ao final do desenvolvimento de todo o projeto. Esse último momento pode ser no mês de dezembro de 2014, em que serão apontados os aspectos positivos e negativos do projeto em questão. Porém, espera-se que a correção das ações seja feita durante sua execução. Assim, propõe-se uma avaliação sistemática e contínua, envolvendo todos os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar os desafios da gestão escolar na implantação do Programa Primeira Escola em duas unidades infantis: na UMEI Delfim Moreira e na UMEI Timbiras. Com enfoque na análise das estratégias de implementação desse programa no que se refere às ações e aos procedimentos da política de distribuição de vagas, a intenção foi verificar em que medida os critérios de acesso à educação infantil interferem na gestão cotidiana das UMEIs Delfim Moreira e Timbiras, observando a alta rotatividade das crianças nas turmas da escola, derivada do procedimento de inscrição para o pleito de garantia de vagas pelas famílias. A tentativa foi apontar alguns limites e possibilidades aos gestores tanto dessas instituições escolares quanto da SMED e Gerências Regionais de Educação, para que haja menos impacto nessas unidades. Para tanto, um projeto de intervenção foi elaborado.

Ao ocupar a vice-direção de uma dessas unidades, deparei-me com o fato de termos vários cancelamentos de matrícula na escola e a realização de novas matrículas que, de acordo com o cronograma estabelecido pela SMED, seriam feitas até setembro de cada ano. Essa situação, que pode ser constatada por meio da pesquisa de campo, não é uma realidade somente da UMEI Delfim Moreira. Na UMEI Timbiras, observou-se uma rotatividade muito grande das crianças atendidas em todas as faixas etárias, visto que essa escola atende crianças de 0 a 5 anos, diferentemente da UMEI Delfim Moreira. Uma das consequências observadas decorrentes dessa situação foi o impacto negativo no trabalho pedagógico e administrativo das escolas.

Após toda a contextualização da trajetória do atendimento público municipal da educação infantil em Belo Horizonte, por meio do aporte teórico sobre o ciclo de políticas, foi possível uma melhor compreensão do fenômeno observado nas escolas. Constatei que, para que esse fenômeno seja alterado, é necessário que o contexto da prática de implementação do Programa Primeira Escola de cada unidade também sofra modificações. Portanto, os dados apurados na pesquisa de campo e toda a literatura mostraram a necessidade do projeto de intervenção proposto, como uma alternativa para a complexa problemática das escolas: a alta rotatividade das crianças.

Alguns aspectos interessantes na implementação da política foram apontados pelos participantes da pesquisa de campo, os quais não foram objeto do projeto de intervenção e nem de análise, como, por exemplo, a necessidade da autonomia administrativa e financeira das UMEIs e o controle maior na comprovação das informações apresentadas pelas famílias no ato de inscrição para vagas. Esses pontos necessitariam de uma nova pesquisa.

Notei que uma das limitações desta pesquisa foi a de encontrar referências acadêmicas que tratassem do tema de abandono e evasão na educação infantil, temas frequentemente tratados na esfera do Ensino Fundamental.

Avalio que as ações propostas no projeto de intervenção poderão contribuir significativamente para as gestões das unidades escolares e que várias dessas ações, a exemplo da construção do georreferenciamento da educação infantil, poderão impactar positivamente em todas as escolas de educação infantil da rede municipal, uma vez que a política poderá sofrer alteração.

Sem a intenção de responder definitivamente a todas as indagações suscitadas durante a realização desta pesquisa, espero que possa iniciar um processo de diálogo com os diferentes atores, na implementação do Programa Primeira Escola em Belo Horizonte, para que o Projeto de Intervenção proposto possa ser executado. Penso que assim daremos um passo importante para a mudança necessária no contexto da prática de implementação do Programa Primeira Escola, tão importante na garantia do direito à educação da criança pequena belorizontina.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marcelo Otávio. **As unidades municipais de educação infantil em Belo Horizonte**: investigações sobre um padrão arquitetônico. 2010. 161f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002,

BARBOSA, Beatriz Graveli de Sousa. **Cuidar e educar**: avaliação do impacto de programa governamental sobre crianças e suas família. 2009. 266f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BELO HORIZONTE. Lei n. 8.679, de 11 de novembro de 2003. Cria as unidades municipais de educação infantil e o cargo de Educador Infantil, altera as Leis n. 7.235/96 e 7.577/98 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2003.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução n. 01/2000**. Fixa normas para a educação infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Belo Horizonte: CME/BH, 07 nov. 2000.

_____. Decreto n. 10.496, de 13 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a alocação, denominação e atribuições dos órgãos de terceiro grau hierárquico da estrutura organizacional das Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=883484>>. Acesso em: 01/12/2013.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Subsídios para o projeto político-pedagógico da educação infantil**. Belo Horizonte: PBH, 2001.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Estudo técnico para ampliação do atendimento da educação Infantil**. Belo Horizonte: PBH/SMED, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Proposições curriculares para educação infantil rede municipal de educação e creches conveniadas com a PBH**. 2009. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&tax=8489&lang=pt_BR&pg=5564&taxp=0&idConteudo=34457&chPlc=34457>. Acesso em: mar. 2012.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Guia da SMED**: atribuições, serviços, procedimentos gerências, coordenações, núcleos, projetos, programas, endereços, escolas municipais, unidades municipais de educação infantil, creches. 2011. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&lang=pt_BR&pg=5564&tax=28292>. Acesso em: 03/06/2013.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei n. 9.154**, de 12 de janeiro de 2006. Institui o Plano de Carreira do Hospital Municipal Odilon Behrens, reorganiza as tabelas de cargos públicos efetivos e funções públicas da Beneficência da Prefeitura de Belo Horizonte – BEPREM, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências. Belo Horizonte: PBH, 2006.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria SMED n. 056/2002**. Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho da Secretaria Municipal de Educação. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 2002.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Panorama da Educação Municipal**. Belo Horizonte: SMED, 2006. 56p.

_____. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/documentos/2011/plano-plurianual-de-acao-governamental-%E2%80%93-ppag>>. Acesso em: 27/06/2013.

BRASIL. Constituição. (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Encarte 1. Brasília: MEC, SEB, 2005. 31 p.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - Decênio 2011-2020**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BORGES, André. Lições de reformas da gestão educacional: Brasil, EUA e Grã-Bretanha. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 78-89, 2004.

BORGES, Djalma Freire. **Modelos decisórios e alocação orçamentária em universidades: o caso da UFRN**. 1996. 189f. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

BROOK, Nigel. Accountability educacional em Brasil: una visión general. Oficina Regional de la UNESCO. **PREAL**. Diciembre, n. 34, p. 3-23, 2005.

_____. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr. 1990.

CAMPOS, M. M. A educação infantil sob o impacto das reformas educacionais. In: SOUZA, J. V. A. de (Org.). **Formação de professores para a educação básica: 10 anos de LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 133-141.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

COELHO, José Silvestre. **O trabalho docente na escola integrada**. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação infantil como direito. In: BRASIL. MEC/SEF/DPE/COEDI. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. II. Brasília, 1998. p. 9-15

GADOTTI, Moacir. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis: Vozes, 1990.

KLEIN, R. A pré-escola no Brasil. **Revista eletrônica ibero-americana sobre calidad, eficacia y cambio en educación**, v. 5, n. 2e, p. 273-288, 2007.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MIRANDA, Glaura Vasques. Escola Plural. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a05v2160.pdf>>. Acesso em: mar. 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_Motiva%C3%A7%C3%B5esEvas%C3%A3oEscolar_Sumario.pdf>. Acesso em: 11/11/2013.

OLIVEIRA, Neide Aparecida Arruda. Diretor escolar: o empreendedorismo com alternativa de administração educacional. **ECCOM - Revista de Educação, Cultura e Comunicação**, v. 2, n. 3, 2011.

PINTO, Mércia de Figueiredo Noronha. **O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte**. 2009. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Plano Nacional Primeira Infância: 2011-2022**. Brasília, 2010.

ROSEMBERG, F. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 19-26, 2001.

_____. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 49-86.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999.

_____. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

_____. Panorama da Educação Infantil brasileira contemporânea. In: **Simpósio Educação Infantil: construindo o presente**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 33-81.

SARAIVA, A. M. A. Abandono escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SILVA, Isa T. F. Rodrigues da. **O processo de constituição de políticas públicas de educação infantil em Belo Horizonte: 1983 a 2000**. 2002. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

TERRA, C. A. **A implementação do atendimento público de educação infantil em Belo Horizonte: processo e perspectivas**. 2008. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VEIGA, Márcia Moreira. **O movimento de luta pró-creches e a política de educação infantil em Belo Horizonte**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VIEIRA, L. M. F. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo**. 1986. 347f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

_____. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança, 1940-1970. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

VILANOVA, Laisa Kelly. **O Programa Primeira Escola da Prefeitura de Belo Horizonte: uma análise dos critérios de acesso às Unidades Municipais de Educação Infantil**. 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VIANA, Iara Azevedo Vitelli. **Investimento produtivo em educação no Brasil: educação infantil para crianças pobres**. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2012.

Sites pesquisados

<<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>>.

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em setembro/2012>.

<<https://prodemaufc.wordpress.com/2013/03/19/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2013-a-ascensao-do-sul-progresso-humano-num-mundo-diversificado/>>.

<<http://unstats.un.org/unsd/snaama/selectionbasicFast.asp>>.

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1085710>>

<<http://www.ibge.gov.br/paisesat/print.php>>.

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=940967>>.

<<https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/veja-mais/Educa%C3%A7%C3%A3o>>.

<http://www.pbh.gov.br/balanco2011/Relatorio_prestacao_contas_2011.pdf>.

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=educacao&chPlc=34457&evento=portlet&idConteudo=34457&lang=pt_BR&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&pg=5564&tax=8489& taxp=0>.

<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula->>.

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=cme&tax=20660&lang=pt_BR&pg=8002& taxp=0&>.

**ANEXO A - CHAMAMENTO PÚBLICO EDUCAÇÃO INFANTIL PBH/SMED Nº
003/2011**

1 - PREÂMBULO:

1.1- O Município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED), torna público e de conhecimento dos interessados que, mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, nº 003/2011, receberá documentação de entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas de natureza comunitária, filantrópica e confessional, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, localizadas no Município de Belo Horizonte, e que tenham interesse em firmar com esta Administração Municipal, convênio para o atendimento à criança de zero a seis anos de idade na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, conforme os critérios especificados a seguir.

1.2- Este instrumento convocatório é regido pela Constituição da República, em especial nos artigos 205 a 214, Lei Complementar nº 101/00, Lei 4.320/64, LDBEN nº 9.394/96, Lei nº 8.069/90, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 7.853/89 e Decreto Federal nº 3.298/99, na Lei Orgânica do Município, na Lei Municipal nº 8.146/00 e, nos Decretos Municipais nº 10.710/01, 11.245/03, 12.278/06 e 12.635/07, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução Nº 5, de 17/12/09 – MEC/CNE/CEB, na Resoluções CME/BH nº 001/00 e 002/03, e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as condições a seguir, estabelecidas neste instrumento.

2 - DO OBJETO:

2.1- Constitui objeto deste Chamamento Público a habilitação de entidades mantenedoras de instituições educacionais privadas, de natureza comunitária, filantrópica e confessional, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com o Município, CONVÊNIO para o atendimento à criança de zero a seis anos na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, atendidas as condições mínimas de participação estabelecidas neste instrumento.

2.2- Integram este edital, os seguintes anexos, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo:

anexo A – Quadro de Atendimento de Crianças referente ao mês imediatamente anterior ao da entrega deste documento, segundo a faixa etária, na Rede Conveniada, por Regional;

anexo B – Convênio Chamamento 003/2011 – Instituição de Educação Infantil/Informação para Apuração do Valor da Subvenção;

anexo C – Relação de Crianças por Turma (a ser preenchido pela instituição);

anexo D – Quadro Demonstrativo do Número de Crianças Atendidas na Instituição (a ser preenchido pela instituição);

anexo E – Quadro Demonstrativo do Número de Educadores e Coordenadores da Instituição (a ser preenchido pela Instituição);

anexo F – Modelo de Plano de Trabalho;

anexo G – Manual de Aplicação de Recursos e Prestação de Contas;

anexo H – Minuta de Convênio.

3 - DA EXECUÇÃO DOS ATENDIMENTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

3.1- A SMED estabelecerá um padrão de conveniamento, para ação conjunta com as instituições educacionais privadas de natureza comunitária, filantrópica e confessional, sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, com vista ao atendimento educacional à criança de zero a seis anos de idade.

3.2- O convênio a ser firmado estabelecerá obrigações para a execução do atendimento à criança de zero a seis anos na Educação Infantil, em consonância com as diretrizes estabelecidas na LDBEN nº 9.394/96, Lei nº 8.069/90; Resolução CNE/CEB nº 01, de 7 de abril de 1999; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução Nº 5, de 17/12/09 – MEC/CNE/CEB e Resoluções CME nº 001/00 e 002/03, obedecendo-se ao estabelecido nos anexos A, B, C, D, E, F,G e H.

3.2.1- O recurso financeiro a ser repassado pelo Município será calculado com base no número de crianças atendidas por instituição, segundo faixa etária e período de atendimento (parcial/integral), conforme detalhado no Plano de Trabalho, com os valores e critérios constantes do anexo B. O repasse das 12 (doze) parcelas anuais estará vinculado à aprovação do calendário institucional, a partir das orientações da SMED, aprovado pela Comunidade Escolar e pelas respectivas Gerências Regionais de Educação (GEREDs).

3.2.2- Além do recurso financeiro, cabe à Administração Municipal acompanhar, assessorar, supervisionar e orientar as ações pedagógicas, oferecer gêneros alimentícios e desenvolver ações de prevenção e promoção à saúde das crianças atendidas nas instituições, mediante a participação das: Secretaria Municipal de Educação(SMED), Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) e Secretaria Municipal de Saúde(SMSA).

3.3- Ao responder ao presente Chamamento Público, pleiteando a habilitação para a celebração de convênio, cada instituição interessada estará aderindo às condições estabelecidas no convênio, acatando integralmente as orientações constantes no Manual de Aplicação de Recursos e Prestação de Contas.

4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

4.1- As instituições interessadas em atender ao Chamamento Público deverão apresentar, em envelope lacrado, a documentação exigida no subitem 5.1 (sendo um envelope para cada Instituição de Educação Infantil), a ser protocolado no período de 30/1/12 a 8/2/12, no horário de 9h às 11h e de 14h às 16h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na rua Carangola, nº 288, térreo, sala 103, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, endereçando-o aos cuidados da Comissão Técnica do Chamamento Público, conforme item 6 deste edital.

4.2- Envelopes que forem entregues em local e/ou horário diferentes não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e em desacordo com o edital.

4.3- O envelope (um para cada instituição) deverá conter externamente a seguinte identificação:

Secretaria Municipal de Educação/SMED - Chamamento Público PBH/SMED nº 003/2011
Documentos de Habilitação

Nome da Instituição de Atendimento:

Nome da Entidade Mantenedora:

CNPJ:

Endereço da Entidade Mantenedora: Telefone da Entidade Mantenedora:

5 - DA DOCUMENTAÇÃO:

5.1- Poderão participar do Chamamento Público as instituições que apresentarem os seguintes documentos, no envelope descrito no subitem 4.1:

- a) cópia legível (autenticada) do Estatuto Social da Instituição e comprovação de seu registro, na forma da lei;
- b) cópia legível (autenticada) da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada na forma da lei;
- c) cópia legível do CNPJ da Instituição mantenedora;
- d) cópia legível (autenticada) da Carteira de Identidade ou Registro Profissional e CPF do Presidente;
- e) declaração de Utilidade Pública Municipal;
- f) certidões negativas de débito no INSS e FGTS;
- g) certidão de quitação plena dos tributos municipais;
- h) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei;
- i) portaria de Autorização ou Renovação de Funcionamento, emitida pela SMED, conforme Resoluções CME/BH 001/00 e 002/03;
- i.1) as instituições que atenderem às condições do presente Chamamento Público, que estiverem em processo de renovação ou em análise para Autorização de Funcionamento, somente poderão ser convocadas para firmar convênio depois do deferimento da Autorização de Funcionamento pelo Conselho Municipal de Educação(CME);
- j) cópia legível do Livro ou ficha de Registro de Empregados e da carteira de trabalho, relativo ao(s) educador(es) e coordenador pedagógico contratados, devendo o registro do empregado estar preenchido na íntegra;
- k) cópia legível dos diplomas que comprovem a habilitação do profissional para o Magistério: Professor de 1ª a 4ª série ou Normal Nível Médio com habilitação em Docência da Educação Infantil, ou, ainda, diploma do Curso de Pedagogia (antes da LDBEN/96) ou Curso Normal Superior com habilitação em Docência da Educação Infantil ou Curso de Pedagogia (depois da LDBEN/96), com habilitação em Docência da Educação Infantil, de todos os educadores;
- l) cópia legível do diploma do Curso de Magistério – Professor de 1ª a 4ª ou do Ensino Normal em Nível Médio com habilitação em Docência da Educação Infantil, ou, ainda, diploma do Curso de Pedagogia (antes da LDBEN/96) ou Curso Normal Superior com habilitação em Docência da Educação Infantil ou Curso de Pedagogia (depois da LDBEN/96), com habilitação em Docência da Educação Infantil, do Coordenador Pedagógico;
- m) as instituições deverão, também, apresentar os quadros demonstrativos dispostos nos anexos C, D e E, devidamente preenchidos, de forma a indicar a quantidade de crianças atualmente atendidas, distribuídas por faixa etária e por turmas, em período parcial e/ou integral de atendimento, e quantidade de educadores/coordenador contratados;
- n) documento que comprove o direito de uso do imóvel: certidão de registro, termo de cessão, contrato de locação e outros.

5.2- NÃO SERÃO ACEITOS FAX DE DOCUMENTOS CITADOS NO ITEM ANTERIOR (5.1).

5.3- As instituições anteriormente conveniadas com a PBH e que tenham sido desconveniadas pelo descumprimento do Termo de Convênio só poderão participar do presente Chamamento Público mediante solicitação (de 2/1/12 a 13/1/12) e obtenção do Atestado de Regularidade, emitido pelo Núcleo de Convênios Educação Infantil (NCEI)/SMED, pela Gerência de Coordenação de Educação Infantil(GECEDI) e Gerência de Autorização e Funcionamento Escolar(GAFESC) e com comprovação do SUCAF ativo.

6 - COMISSÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E PARA A REALIZAÇÃO DE VISITA ÀS INSTITUIÇÕES

A Secretária Municipal de Educação designará Comissão Técnica, por meio de Portaria, para análise da documentação e verificação *in loco* das condições de atendimento às crianças, para o credenciamento das instituições.

7 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

7.1- A documentação apresentada será analisada pela Comissão Técnica, em conformidade com os seguintes critérios para credenciamento:

- a) ser uma Instituição sem fins lucrativos, de caráter comunitário, confessional ou filantrópico, na forma da Lei;
- b) ter Autorização de Funcionamento - Portaria da SMED ou protocolo de requerimento;
- c) comprovar a habilitação de todos os educadores-referência de turma;
- d) comprovar a habilitação do coordenador pedagógico;
- e) respeitar a relação professor/criança recomendada pela Resolução CME/BH nº 001/00;
- f) atender a crianças com deficiência ou que estejam sob medida de proteção, encaminhadas por órgãos competentes.

7.2- Para que as instituições sejam habilitadas, a Comissão Técnica verificará a validade da documentação, levando-se em conta a data de protocolo na SMED.

7.2.1- Quando do conveniamento, a Instituição deverá apresentar a atualização de todos os documentos que venceram ao longo do procedimento, mantendo-os atualizados no órgão responsável ao longo de todo o Convênio.

8. VISITA TÉCNICA NA ÉPOCA DO CHAMAMENTO PÚBLICO:

8.1- A visita técnica tomará como base, para sua verificação, as normas fixadas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte, por meio das Resoluções CME/BH nº 001/00 e nº 002/03; os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil/Ministério da Educação/2006; os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil/Ministério da Educação/2006; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução N° 5, de 17/12/09 – MEC/CNE/CEB.

8.2- Será emitido relatório circunstanciado da visita, que será assinado pelos três membros da Comissão Técnica.

9. DO RESULTADO:

9.1- Após análise dos documentos apresentados e do Relatório da Visita, a SMED publicará o resultado no Diário Oficial do Município (DOM).

9.2- A Instituição declarada **NÃO HABILITADA** poderá interpor recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da publicação de que trata o item 9.1. O recurso deverá ser encaminhado à Comissão Técnica, por meio de protocolo, no horário de 9h às 11h e de 14h às 16h, na SMED, situada na rua Carangola, nº 288, térreo, sala 103, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, conforme item 4.3 e cronograma constante deste edital.

9.3- A DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PELO PRESENTE CHAMAMENTO PÚBLICO NÃO IMPORTARÁ, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OBRIGATORIEDADE DE CONVENIAMENTO COM AS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES, HAJA VISTA QUE ESTES SERÃO FIRMADOS SEGUNDO COTAS E FLUXO DE AUTORIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, DEFINIDOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

10- DO CONVÊNIO:

10.1 - A celebração do Convênio, objetivando o atendimento à Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, ficará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

10.2 - O Convênio será firmado pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, de acordo com a conveniência da Administração Pública e observação da Lei Complementar 101/2000 e da Lei Federal nº 4.320/64.

10.3 - A SMED convocará, para firmar Convênio, as instituições declaradas habilitadas por meio do presente Chamamento Público, nos moldes do instrumento de Convênio, que se insere no anexo H, devendo a Instituição apresentar Plano de Trabalho a ser aprovado pelas GEREDs, GECEDI e NCEI, nos moldes do anexo F.

10.4 - Havendo possibilidade de ampliação do número de atendimentos para conveniamento, este será distribuído por Regionais, considerando a proporção entre o atendimento existente na Rede Pública Municipal e a Conveniada, para a população de 0 a 6 anos, na respectiva Regional.

10.5 - As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros, conforme Convênio e Plano de Trabalho, serão cobertas pelas dotações orçamentárias vinculadas às Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional e estarão sujeitas à prévia aprovação pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira do Município (JUCOF).

10.6- O valor estimado nos Convênios não implicará a previsão de crédito em seu favor, uma vez que somente fará jus aos valores mensais correspondentes aos atendimentos efetivamente prestados, observando-se a obrigatoriedade da aprovação, pelo NCEI, da prestação de contas mensal.

10.7- **As Instituições declaradas habilitadas no Chamamento Público nº 003/11, conforme publicação no DOM deverão manter todas as condições legais de habilitação**

vigentes, até a assinatura do Convênio e durante todo o período de execução deste, eventualmente firmado.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1- Poderá o Município, por meio da SMED, revogar o presente edital de Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.

11.2- A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização.

11.3- Será facultado à Comissão Técnica promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a habilitação, para a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada Instituição, bem como solicitar, aos órgãos competentes, elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da comissão.

11.4- Decairá do direito de impugnar este edital, ou parte dele, o interessado que não o fizer até o penúltimo dia designado para entrega do envelope contendo a documentação de habilitação.

11.5- Estarão impedidas de participar deste Chamamento Público as Instituições que se enquadrarem no Art. 9º inciso III, da Lei nº 8.666/93, ou que tenham débitos com a Fazenda Municipal, FGTS e INSS ou qualquer outro impedimento legal para contratar com a Administração Municipal, Decreto Municipal nº 11.245/03.

11.6- A execução do Convênio firmado será avaliada pela SMED, mediante procedimentos de supervisão indireta, observando-se o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nesse Convênio.

11.7- Constituem motivos para rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e Decretos Municipais nº 10.710/01, 12.278/06 e 12.635/07.

11.8- O convênio e seus aditivos que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial do Município (DOM) de Belo Horizonte.

11.9- Os pedidos de informações ou esclarecimentos sobre o Chamamento Público 003/2011 poderão ser feitos no Núcleo de Convênio Educação Infantil, pelos telefones 3277-8614, 3277- 8615 e 3277-8662.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2011.

Macaé Maria Evaristo
Secretária Municipal de Educação

**ANEXO B - TEXTO PRODUZIDO PELA GERENTE DE COORDENAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL/SMED - PBH EM 21/12/2006 À PESQUISADORA BEATRIZ
GRAVELI DE SOUSA BARBOSA EM SUA PESQUISA DE MESTRADO - CUIDAR E
EDUCAR: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE PROGRAMA GOVERNAMENTAL
SOBRE CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS**

PROGRAMA PRIMEIRA ESCOLA

A Prefeitura de Belo Horizonte, desde 1993, vem desenvolvendo ações comprometidas com a formulação e o fortalecimento de uma política pública de qualidade para o atendimento educacional da criança de zero a cinco anos e oito meses no município.

Dados recentes comprovam o investimento do Governo Municipal na construção de uma política pública que visa atender as reais necessidades da Infância nesta Cidade.

Até o ano 2000, eram atendidas 4.018 crianças de 3 a 5 anos e 8 meses na rede pública municipal, em horário parcial.

Com a criação e implementação do "Programa Primeira Escola", em 2004 e a ampliação em 2005 este atendimento passa a contemplar 13.042 crianças, incluindo o atendimento a faixa etária de 0 a 3 anos e o atendimento em horário integral.

Além da continuidade do atendimento nas Escolas de Educação Infantil Municipais, a ampliação do atendimento em escolas de Ensino Fundamental, com turmas de Educação Infantil, faz parte deste projeto a construção das UMEIs - Unidades Municipais de Educação Infantil.

O projeto arquitetônico das Unidades Municipais de Educação Infantil foi elaborado tendo como eixo central a criança e suas necessidades, considerando as condições de segurança, sanitárias, de conforto e de atenção, cumprindo as funções de promover a identidade pessoal, desenvolver competências, possibilitar a oportunidade de crescimento, de movimento corporal, de contato social e de privacidade. Este projeto arquitetônico está sendo referência para outros municípios e estados brasileiros.

A concepção que orienta a construção das propostas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil Municipais aponta como indissociáveis as ações de cuidado e educação na prática cotidiana.

Assim, em função da faixa etária atendida, na Educação Infantil o cuidar e educar requer atividades pedagógicas que também envolvam o banho, a troca de fraldas e alimentação das crianças. Com profissionais capacitados e habilitados, através dos atos de cuidado, educamos, escutamos, observamos, criamos vínculos afetivos e construímos novas possibilidades para cada criança atendida na instituição de maneira intencional.

Por meio de uma pesquisa por amostragem a população de Belo Horizonte avaliou o "Programa Primeira Escola" com resultados surpreendentes. O atendimento às crianças da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação recebeu 95% de aprovação dos usuários e de suas famílias.

A pesquisa comprovou que a maioria das crianças atendidas no Programa Primeira Infância faz parte do público mais vulnerável da Cidade.

O trabalho intersetorial faz parte deste atendimento. As Secretarias de Abastecimento, Saúde e Assistência Social, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, discutem, organizam e implementam ações de cuidado e educação para as crianças.

O impacto deste atendimento para a esta população nos traz a certeza de que este Programa tem propiciado uma vida mais saudável, tranquilo e feliz para as crianças de nossa cidade.

ANEXO C - LEI Nº 8.679, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

Lei 8.679, de 11 de Novembro de 2003

CRIA AS UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O CARGO DE EDUCADOR INFANTIL, ALTERA AS LEIS NºS 7.235/96 E 7.577/98 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas as unidades municipais de educação infantil, com o objetivo de garantir pleno atendimento educacional às crianças de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses de idade, na forma dos art. 29 e 62 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do § 1º do art. 157 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH.

Art. 2º - A unidade municipal de educação infantil será vinculada a uma escola municipal. Parágrafo único - A direção da unidade municipal de educação infantil caberá à direção da escola municipal a que se vincular a unidade.

Art. 3º - Fica criado o cargo de Educador Infantil, que integra o Quadro Especial da Secretaria Municipal de Educação como classe de cargo de provimento efetivo do Plano de Carreira dos Servidores da Educação.

Parágrafo único - A composição numérica e as atribuições do cargo de Educador Infantil são as constantes dos anexos I e II da Lei nº 7.235, de 27 de dezembro de 1996, com as alterações promovidas por esta Lei.

Art. 4º - O Anexo I da Lei nº 7.235/96 passa a vigorar com as alterações que se seguem:

"ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CLASSES Nº DE CARGOS

1. Professor Municipal 10.750
2. Auxiliar de Biblioteca Escolar 500
3. Auxiliar de Escola 1.600
4. Técnico Superior de Educação 460
5. Auxiliar de Secretaria Escolar 500
6. Educador Infantil 1.500

TOTAL 15.310

(NR)".

Art. 5º - O Anexo II da Lei nº 7.235/96 passa a vigorar com as alterações que se seguem:

"ANEXO II

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, ÁREAS DE ATUAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1. PROFESSOR MUNICIPAL

HABILITAÇÃO MÍNIMA: curso de nível superior com habilitação para o magistério, assegurados os direitos do servidor investido no cargo de Professor Municipal. 184 **ÁREA DE ATUAÇÃO:** escola e serviço pedagógico públicos municipais de ensinos fundamental e médio da Rede Municipal de Educação.

(...)

5. EDUCADOR INFANTIL

HABILITAÇÃO MÍNIMA: curso de nível médio completo na modalidade Normal.

ÁREA DE ATUAÇÃO: unidade municipal de educação infantil e serviço público municipal de educação infantil da Rede Municipal de Educação.

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS, ENTRE OUTRAS:

I - atuar em atividades de educação infantil, atendendo, no que lhe compete, a criança que, no início do ano letivo, possua idade variável entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses;

II - executar atividades baseadas no conhecimento científico acerca do desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, consignadas na proposta político-pedagógica;

III - organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação;

IV - desenvolver atividades objetivando o cuidar e o educar como eixo norteador do desenvolvimento infantil;

V - assegurar que a criança matriculada na educação infantil tenha suas necessidades básicas de higiene, alimentação e repouso atendidas de forma adequada;

VI - propiciar situações em que a criança possa construir sua autonomia;

VII - implementar atividades que valorizem a diversidade sociocultural da comunidade atendida e ampliar o acesso aos bens socioculturais e artísticos disponíveis;

VIII - executar suas atividades pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos e às especificidades da criança de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, sem discriminação alguma;

IX - colaborar e participar de atividades que envolvam a comunidade;

X - colaborar no envolvimento dos pais ou de quem os substitua no processo de desenvolvimento infantil;

XI - interagir com demais profissionais da instituição educacional na qual atua, para construção coletiva do projeto político-pedagógico;

XII - participar de atividades de qualificação proporcionadas pela Administração Municipal;

XIII - refletir e avaliar sua prática profissional, buscando aperfeiçoá-la;

XIV - desincumbir-se de outras tarefas específicas que lhe forem atribuídas. (NR)".

Art. 6º - O Anexo IV da Lei nº 7.235/96 fica acrescido dos seguintes níveis de vencimentos da classe de Educador Infantil:

(NR)".

Art. 7º - O art. 4º da Lei nº 7.577, de 21 de setembro de 1998, fica acrescido do seguinte

inciso III-A:

"III-A - para o cargo de Educador Infantil: 4,5h (quatro horas e meia) diárias. (NR)".

Art. 8º - O inciso V do art. 9º da Lei nº 7.235/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - ao servidor ocupante de cargo cujo nível de escolaridade seja o fundamental ou médio e ao ocupante do cargo de Educador Infantil serão conferidos 2 (dois) níveis por curso superior diretamente relacionado com suas atribuições legais; (NR)".

Art. 9º - O art. 9º da Lei nº 7.235/96 fica acrescido do seguinte inciso VI: "VI - ao servidor ocupante de cargo cujo nível de escolaridade seja o fundamental ou médio e ao ocupante do cargo de Educador Infantil será conferido 1 (um) nível por curso superior 185 sequencial, ou equivalente, que seja diretamente relacionado com suas atribuições legais.

(NR)".

Art. 10 - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos recursos consignados nas dotações orçamentárias de pessoal, previstos na Lei nº 8.469, de 30 de dezembro de 2002, no montante de R\$4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), ficando o Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para atender as despesas decorrentes do disposto nesta Lei, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2003.

Fernando Damata Pimentel

Prefeito de Belo Horizonte

(Originária do Projeto de Lei nº 1.323/03, de autoria do Executivo)

O Presidente da Câmara Municipal submete ao Prefeito, para receber sanção, Proposições de Lei de iniciativa parlamentar que, em processo legislativo, com exame da documentação a elas relativa, obtiveram a aprovação dos Vereadores para declarar como de Utilidade Pública entidades sediadas neste Município.

ANEXO D - OFÍCIO SMED/EXTER/0747-2013



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SMED/EXTER/0747-2013

Belo Horizonte, 24 de junho de 2013.

Prezada Vânia,

Encaminhamos a seguir os dados solicitados. Os dados referentes à Rede Própria foram coletados no SGE em 07/06/2013. Os dados referentes à Rede Conveniada foram repassados pelo NCEI em 10/06/2013:

Atendimento por faixa etária – Rede Própria:

0 a 1: 585
1 a 2: 826
2 a 3: 1545
3 a 4: 4205
4 a 5: 7669
5 a 6: 8568

Atendimento por faixa etária – Rede Conveniada:

0 a 1: 548
1 a 2: 2170
2 a 3: 3850
3 a 4: 5295
4 a 5: 5702
5 a 6: 5370

Quadro de atendimento de crianças de 3 a 5 anos, por Regional:

3.1) Rede Própria:

IDADE	B	CS	L	NE	NO	N	O	P	VN
3 ANOS	436	468	401	657	476	432	444	526	365
4 ANOS	885	628	604	1239	798	762	694	855	1204
5 ANOS	985	641	630	1506	972	1042	763	740	1289

3.2) Rede Conveniada:

IDADE	B	CS	L	NE	NO	N	O	P	VN
3 ANOS	834	695	824	511	536	509	766	431	189
4 ANOS	838	704	911	625	624	563	810	408	219
5 ANOS	778	700	873	531	548	501	832	428	179

Atenciosamente,

Raquel Parreira Reis Carvalho
Chefe de Gabinete

À Senhora.
Vânia Lúcia da Silva
vanialucia@pbh.gov.br

ANEXO E - ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA UMEI

SMED/GCPF/GECEDI

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO - UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UMEI

- Desenvolver suas funções realizando o trabalho de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SMED;
- Desenvolver o trabalho articulado com a Gerência Regional de Educação e demais instâncias da SMED;
- Desenvolver um trabalho articulado com a vice-direção da UMEI, Direção e coordenação da Escola Núcleo;
- Participar de reuniões quando solicitada pela Escola Núcleo, GERED e SMED ou outras instâncias;
- Responsabilizar-se pela conservação do patrimônio da UMEI;
- Zelar pelo atendimento de qualidade às crianças atendidas, garantindo a indissociabilidade das ações de cuidados e educação;
- Encaminhar junto aos órgãos competentes casos de abusos, violação de direitos e negligência com as crianças;
- Estar atenta e tomar providências para solucionar qualquer emergência com crianças ou funcionários da UMEI;
- Orientar os funcionários e educadores sobre o funcionamento da UMEI;
- Coordenar, juntamente com a direção da escola núcleo e vice-diretor da UMEI, a construção coletiva do projeto político - pedagógico, bem como o regimento interno da UMEI;
- Coordenar, juntamente com a direção da escola núcleo e vice-diretor da UMEI a elaboração do calendário de funcionamento da UMEI, conforme orientações da SMED, garantindo a participação da comunidade escolar;
- Divulgar para o coletivo todas as orientações, diretrizes e Portarias, bem como as correspondências recebidas na UMEI;
- Cuidar para que exista um bom relacionamento entre funcionários da UMEI e Escola Núcleo, bem como da comunidade atendida;
- Subsidiar as educadoras no desenvolvimento do trabalho pedagógico, no processo de elaboração e efetivação do Projeto Político- Pedagógico, na definição do material didático e referências bibliográficas;
- Assegurar, juntamente com as educadoras, a disponibilização de material pedagógico e de uso diário para o trabalho com as crianças;
- Responsabilizar-se, juntamente com o vice-diretor, pelo registro de ocorrências diárias de trabalho na UMEI e encaminhamentos necessários;
- Incentivar o aprimoramento profissional dos funcionários e educadores da UMEI, viabilizando sua participação em processos de formação continuada;
- Organizar, planejar e desenvolver ações de formação com os educadores em articulação com os acompanhantes da SMED;
- Promover reuniões de organização e planejamento do trabalhos desenvolvidos;
- Orientar, acompanhar e supervisionar os educadores nos registros referentes a frequência, projetos e relatórios de acompanhamento individual das crianças;
- Promover reunião com os pais, visando explicitar e discutir a proposta pedagógica, a dinâmica do trabalho, os conteúdos e atividades desenvolvidas, a interação das crianças com a UMEI bem como o processo de desenvolvimento das mesmas;
- Promover junto com o coletivo da UMEI atividades de lazer, recreação, festas, momentos de formação com as famílias (temas relacionados com a Educação Infantil e outros);
- conhecer e buscar os projetos culturais da comunidade integrando-os ao trabalho da UMEI;
- Organizar com os educadores a distribuição de turmas e enturmação, conforme necessidades das crianças e perfil do educador, segundo os documentos: "Estruturação do Trabalho Escolar da RME/BH - A Organização do Trabalho Coletivo por Ciclos de Formação" - Resolução 001/2000 - CME/BH e legislação vigente;
- Planejar e acompanhar o processo de admissão, o período de adaptação e permanência da criança na UMEI;
- Organizar, com o coletivo da instituição, uma rotina adequada às crianças, de acordo com a faixa etária e a jornada de atendimento;
- Organizar os horários de chegada e saída das crianças e os tempos dos educadores e funcionários da UMEI;
- Organizar os horários de alimentação e sono das crianças, de acordo com suas necessidades e diretrizes da SMED e SMAAB;
- Planejar e coordenar coletivamente a organização de todos os espaços da UMEI.

APÊNDICE A - TABELAS DE APOIO

Dados gerais de atendimento da UMEI Delfim Moreira

Crianças matriculadas na escola em Fevereiro de 2011

Turnos	Turmas	Nº de Alunos
Manhã	4/5	2
	5/6	6
	5/6	13
	5/6	1
Tarde	4/5	13
	5/6	22
	5/6	20
	5/6	22
	5/6	17
Total de Alunos: 116		

Fonte: Elaboração da autora, com base no Sistema de Gestão Escolar Módulo Acadêmico da UMEI Delfim Moreira.

Tabela 3 - Matrículas nas turmas de 03 anos, turno manhã UMEI Delfim Moreira

Mês\Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total crianças passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Turma A	8	12	18	15	19	17	17	29	9	03	17
Turma B	12	15	20	13	15	12	12	26	10	04	12
Turma C	12	16	12	09	12	05	17	30	12	01	17
Turma D	15	17	19	21	22	26	16	29	08	05	16

Fonte: Elaborado pela autora - dados dos diários de classe 2012.

Tabela 4 - Matrículas nas turmas de 03 anos, turno tarde UMEI Delfim Moreira

Mês\Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total crianças passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Turma A	24	22	21	14	12	14	14	24	02	08	14
Turma B	20	18	19	18	18	17	17	24	03	05	16

Fonte: Elaborado pela autora - dados dos diários de classe 2012.

Nas próximas tabelas, apresento os dados das idades de 4 e 5 anos.

Tabela 5 - Matrículas nas turmas de 04 anos, turno manhã UMEI Delfim Moreira

Mês\Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total crianças passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Turma A	10	11	10	07	12	13	13	20	04	03	13
Turma B	09	13	15	0	0	0	0	15	0	15	0
Turma C	14	16	13	07	10	10	11	22	05	06	11
Turma D	18	21	14	13	13	15	12	27	08	08	12
Turma E	12	14	10	10	12	14	17	25	08	00	17
Total	63	75	62	37	47	52	53	109	25	32	53

Fonte: Elaborado pela autora - dados dos diários de classe 2012.

Tabela 6 - Matrículas nas turmas de 04 anos, turno tarde UMEI Delfim Moreira

Mês\Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total crianças passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Turma A	23	22	18	15	15	14	15	25	06	04	15
Turma B	22	20	18	17	17	16	16	24	03	05	16
Turma C	18	16	16	17	17	16	16	21	02	03	16
Total	63	48	52	49	49	46	47	70	11	12	47

Fonte: Elaborado pela autora - dados dos diários de classe 2012.

Tabela 7 - Resumo de matrículas nas turmas de 4 anos UMEI Delfim Moreira

Mês\Matrículas	Jan.	Fev.	Mar.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Total crianças passaram pela turma	Abandonos	Remanejadas	Permanentes
Turno Manhã	63	75	62	37	47	52	53	109	25	32	53
Turno da Tarde	63	48	52	49	49	46	47	70	11	12	47
Total Geral	126	123	114	86	96	98	100	179	36	44	100

Fonte: Elaborado pela autora - dados dos diários de classe 2012.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Prezado professor, este questionário compõe uma pesquisa sobre a implementação do Programa Primeira Escola no município de BH. Esse programa, instituído pela portaria X, permite que as famílias que procuram o atendimento à educação infantil na faixa etária de 3 a 5 anos inscrevam seus filhos em várias UMEIs simultaneamente. Sua colaboração, nos fornecendo respostas às questões abaixo, será de grande importância ao estudo pretendido. Lembramos que seus dados pessoais permanecerão em sigilo.

- 1) No ano de 2012, você iniciou suas turmas com quantos alunos? _____.
- 1) Qual foi o número de alunos que deixou essas turmas? _____.
- 2) Como você avalia o efeito do Programa Primeira Escola sobre o cotidiano escolar?
 - a) positivo, sem ressalvas;
 - b) positivo, com ressalvas;
 - c) negativo.

Caso tenha marcado a opção B, quais seriam as ressalvas?

_____.

- 3) Em sua opinião, qual foi o efeito gerado por essa rotatividade no trabalho pedagógico?
 - a) afetou muito o trabalho pedagógico;
 - b) afetou pouco o trabalho pedagógico;
 - c) não afetou o trabalho pedagógico.

- 4) O que você fez para lidar com essa situação?

_____.

- 5) O que a gestão da escola fez para lidar com essa situação?

_____.

APÊNDICE C - ENTREVISTA PARA SECRETARIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Prezado professor, este questionário compõe uma pesquisa sobre a implementação do Programa Primeira Escola no município de BH. Este programa, instituído pela portaria X, permite que as famílias que procuram o atendimento à educação infantil na faixa etária de 3 a 5 anos inscrevam seus filhos em várias UMEIs simultaneamente. Sua colaboração, nos fornecendo respostas às questões abaixo, será de grande importância ao estudo pretendido. Lembramos que seus dados pessoais permanecerão em sigilo.

- 1) Qual sua função na escola? Para você, qual tem sido o maior desafio que se apresenta no dia a dia em seu trabalho?
- 2) Quais seriam as causas desse desafio?
- 3) Você conhece o Programa Primeira Escola? Qual a sua avaliação desse programa?
- 4) Qual seu conhecimento sobre a política de distribuição de vagas para a educação infantil? Como você a avalia?
- 5) Na escola existe algum problema decorrente dessa política? Qual? Detalhe melhor. Qual seriam, em sua opinião, as sugestões de alterações da política para resolvê-lo?

PARA A COORDENAÇÃO _____.

- 6) Em sua opinião, qual foi o efeito gerado por essa rotatividade no trabalho pedagógico?
 - a) afetou muito o trabalho pedagógico;
 - b) afetou pouco o trabalho pedagógico;
 - c) não afetou o trabalho pedagógico.
- 7) O que você fez para lidar com essa situação?

_____.

- 8) O que a gestão da escola fez para lidar com essa situação?

_____.